



ICATU SEGUROS S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2024



Icatu Seguros S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2024

Índice

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	08
Balanços patrimoniais.....	13
Demonstrações dos resultados	15
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	17
Demonstração dos fluxos de caixa	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias.....	19
Conselho de administração.....	80

Icatu Seguros S.A.

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

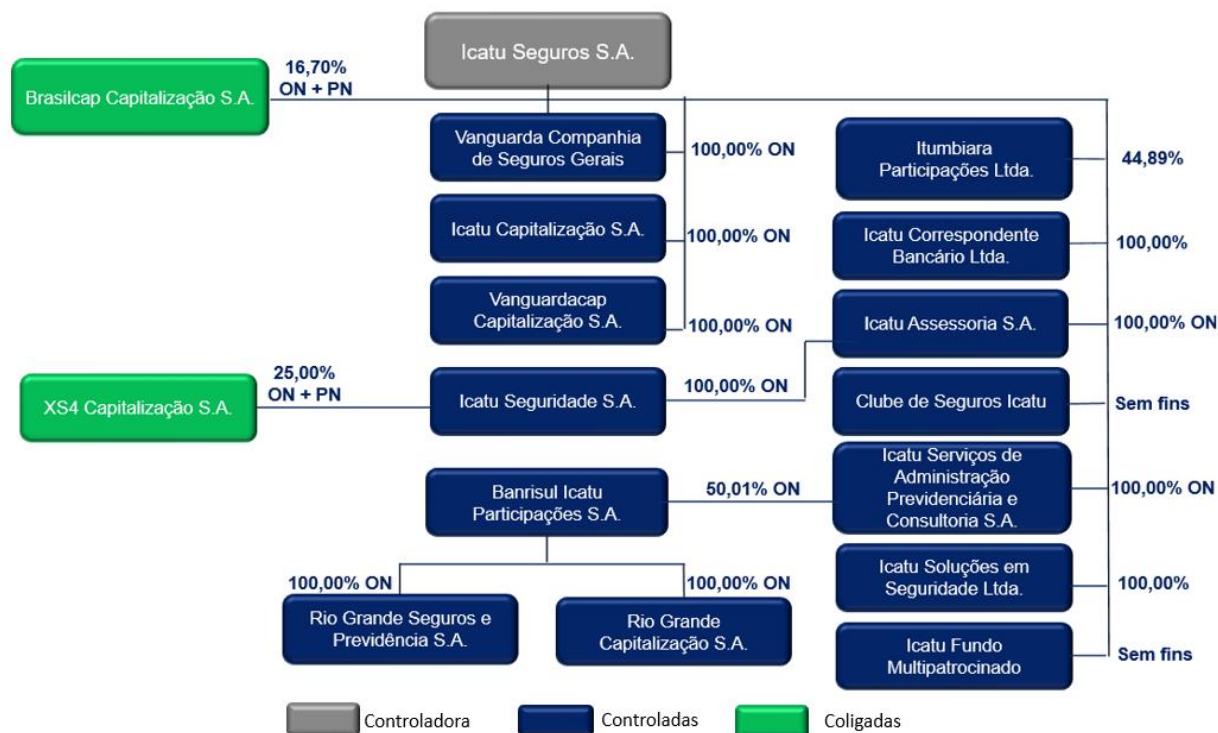
Senhores acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Icatu Seguros S.A.** (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Nessas Demonstrações, a Icatu Seguros S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. suas controladas e coligadas, conforme demonstrado a seguir:



Icatu Seguros S.A.

2. Desastre natural de alagamento em municípios do Estado do Rio Grande do Sul

A tragédia que abateu o Estado do Rio Grande do Sul trouxe danos consideráveis à economia, como a redução no turismo e na atividade industrial. O Grupo Icatu segue gerenciando e buscando mitigadores desses impactos em suas finanças e na sociedade em que está inserida.

Diante deste cenário, o Grupo Icatu deliberou sobre diversas ações com propósito de prevenir e mitigar os riscos relacionados ao bem-estar dos nossos funcionários e familiares, clientes, corretores, parceiros e acionistas, assim como na preservação de níveis adequados de liquidez e solvência e na garantia da sustentabilidade da nossa operação.

Dentre as ações, podemos citar as principais flexibilizações adotadas:

Previdência	<ul style="list-style-type: none">• Priorização dos processos de resgate das regiões afetadas;• Flexibilização de regras para resgate;• Aumento do valor de limite de resgate realizado pela Central de Atendimento; e• Flexibilização de documentação na regulação de liberação de resgate por morte.
Vida	<ul style="list-style-type: none">• Priorização dos processos de regulação de sinistros das regiões afetadas;• Prorrogação nas vigências dos contratos das regiões afetadas por 60 dias; e• Flexibilização de documentação na regulação de sinistros.
Atendimento	<ul style="list-style-type: none">• Criação de canal de atendimento emergencial (priorização usando a opção 0 da URA de atendimento do CRC).

No que tange à eventual exposição a risco, não temos valores materiais em nossa carteira referente as coberturas relacionadas aos eventos ocorridos.

2.1. Ações de solidariedade do Grupo Icatu

O Grupo Icatu, além de ações voltadas para colaboradores, clientes, corretores e parceiros da região, realizou doações de recursos expressivos, alocou esforços e mobilizou parceiros. Sensibilizou suas redes de relacionamento para realizar doações e transferiu um de nossos principais eventos anuais, que reúne os maiores líderes do mercado brasileiro que seria em Londres, para Gramado. Com isso, trouxe para o Rio Grande do Sul os recursos necessários para a realização do evento, visando fortalecer a economia local e auxiliar a retomada da normalidade. Este é o compromisso de nosso grupo empresarial 100% brasileiro, que busca praticar a empatia com os seus colaboradores, clientes, corretores e parceiros.

3. Desempenho das operações de seguros e previdência complementar aberta

A Companhia continua sua trajetória de crescimento, apresentada no semestre anterior, como podemos ver a seguir:

3.1. Operação e patrimônio

Em 30 de junho de 2024, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 55.749.859 (R\$ 54.057.480 em 31 de dezembro de 2023), representando um aumento de 3,13%. O patrimônio líquido, em 30 de junho de 2024, atingiu o montante de R\$ 2.233.544 (R\$ 2.045.054 em 31 de dezembro de 2023).

Icatu Seguros S.A.**3.1.1. Seguros**

No primeiro semestre de 2024, os prêmios emitidos foram de R\$ 1.989.004 (R\$ 1.648.438 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 20,7%.

Os sinistros ocorridos foram de R\$ 681.539 no primeiro semestre de 2024 (R\$ 602.079 no mesmo período do ano anterior). Isso remete a um índice de sinistralidade de 38,2% no primeiro semestre de 2024.

Os custos de aquisição foram de R\$ 603.268 no primeiro semestre de 2024 (R\$ 500.832 no mesmo período do ano anterior), que representa um acréscimo de 20,5%. O índice de comissionamento ficou em 33,8% no primeiro semestre de 2024.

3.1.2. Previdência

Durante o primeiro semestre de 2024, as receitas de contribuições de previdência (incluindo VGBL) foram de R\$ 611.124 (R\$ 556.393 no mesmo período do ano anterior), um aumento de 9,8%. Os custos de aquisição foram de R\$ 52.669 (R\$ 55.541 no mesmo período de 2023), representando uma redução de 5,2%. O índice de comissionamento ficou em 8,6% no primeiro semestre de 2024.

A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência, no primeiro semestre de 2024, alcançou R\$ 204.479 (cessão de R\$ 1.335.695), com aplicações que totalizam R\$ 6.120.482 (R\$ 2.913.457 no mesmo período do ano anterior) e resgates que somam R\$ 5.916.003 (R\$ 4.219.152 no mesmo período do ano anterior). Já os valores pagos em benefícios aos segurados foram de R\$ 1.678.548 no primeiro semestre de 2024 (R\$ 1.826.190 no mesmo período do ano anterior).

3.2. Despesas administrativas

No primeiro semestre de 2024, as despesas administrativas foram de R\$ 285.247 (R\$ 251.651 no mesmo período do anterior), representando um aumento de 13,4%. No entanto, essas despesas administrativas se mantiveram estáveis, quando comparadas com o volume de prêmios ganhos, totalizando 16,0% dos prêmios ganhos no primeiro semestre de 2024 e 16,7% no mesmo período do ano anterior. A Companhia colocou em produção um novo sistema financeiro integrado em janeiro de 2023, e seguiu investindo em projetos, como a implementação do IFRS 17 – *Insurance Contracts*, o *Open Insurance*, entre outros.

3.3. Resultado financeiro e solvência

No primeiro semestre de 2024, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 106.855 (R\$ 81.577 no mesmo período do ano anterior), sendo 6,0% dos prêmios ganhos. A variação ocorreu, principalmente, devido ao crescimento dos saldos das aplicações e ao IGPM superior em 2024, favorecendo as alocações indexadas a este índice.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e todas as suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 465.644 (R\$ 611.308 em 31 de dezembro de 2023), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 139% (141% em 31 de dezembro de 2023).

4. ASG – Ambiental, social e governança

A Circular SUSEP nº 666 entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 e seus prazos de adequação vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia começou com o diagnóstico, estudo de materialidade e o mapeamento dos riscos de sustentabilidade.

Icatu Seguros S.A.

Em conformidade com as exigências regulatórias, a Companhia divulgou sua política de sustentabilidade em fevereiro de 2023, com base nos temas materiais – governança, ética e conduta profissional, pessoas, inovação, responsabilidade social, meio ambiente e riscos climáticos. Em fevereiro de 2024, os riscos de sustentabilidade foram integrados ao sistema de controles internos (SCI) e à estrutura de gestão de riscos (EGR).

No segundo semestre, será iniciada a elaboração do primeiro relatório de sustentabilidade, com divulgação prevista para junho de 2025.

Durante o primeiro semestre de 2024, a Companhia retornou a sociedade R\$ 627.487 em sinistros pagos (R\$ 532.618 no mesmo período do ano anterior), R\$ 145.417 em verbas salariais aos colaboradores (R\$ 124.526 no mesmo período do ano anterior), R\$ 39.566 pagos à serviços de terceirizados (R\$ 34.090 no mesmo período do ano anterior), além de R\$ 62.032 em tributos indiretos (R\$ 48.518 no mesmo período anteriores) e R\$ 55.257 em tributos diretos (R\$ 9.804 no mesmo período do ano anterior).

O trabalho da Companhia com vistas para o capital humano proporcionou ao Grupo Icatu figurar pela décima vez consecutiva, no *ranking Great Place to Work* (GPTW) 2024, como uma das melhores empresas para trabalhar com sede no Rio de Janeiro.

O Grupo Icatu foi eleito também, pela quinta vez consecutiva, como a melhor empresa em satisfação do cliente no segmento de seguros de vida, previdência e capitalização, de acordo com o Ranking 2023 do Instituto MESC, especialistas em gestão da satisfação do cliente.

Adicionalmente, foi eleita uma das 3 (três) empresas mais inovadoras no segmento de seguros e planos de saúde do Brasil, pelo *Ranking Valor Inovação Brasil* 2023.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais, a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa adotadas. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

5. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo Icatu e os valores contratuais no ano de 2024, brutos de tributos, totalizam R\$ 2.912 (R\$ 2.283 no ano de 2023), referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguração, requeridos pelo órgão regulador.

As seguintes empresas do Grupo Icatu são auditadas: Icatu Seguros S.A., Icatu Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A., Rio Grande Capitalização S.A., Vanguardacap Capitalização S.A. e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, semestralmente, e Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda., Banrisul Icatu Participações S.A., Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., Icatu Assessoria S.A. e Icatu Seguridade S.A., anualmente.



Icatu Seguros S.A.

6. Agradecimentos

A Icatu Seguros S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2024.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Administradores e
Acionistas da Icatu Seguros S.A.**

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Icatu Seguros S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Seguros S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e de previdência

Veja Notas 3.16, 19 e 20 das demonstrações financeiras intermediárias

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.16, 19 e 20 às demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e de previdência privada: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e Provisão Complementar de Cobertura ("PCC"), sendo esta última constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado pelo teste de adequação de passivos.</p> <p>Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuados com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas e taxas de juros.</p> <p>Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras intermediárias, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e do teste de adequação dos passivos.- conciliação das bases de dados operacionais suporte da PMBaC, do IBNR e da PPNG – RVNE com os respectivos saldos contábeis.- teste, com base em amostragem, da precisão das bases de dados operacionais utilizadas no cálculo da PMBaC, IBNR e PPNG – RVNE, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos certificados, avisos de sinistros e apólices, respectivamente.- para os produtos VGBL e PGBL, realizamos o confronto do saldo reconhecido de PMBaC, na data-base auditada, com os respectivos fundos de investimentos, que garantem a respectiva provisão, para os quais executamos procedimentos de confirmação dos saldos com a instituição financeira administradora, executamos ainda teste de custódia desses ativos dados em garantia da provisão, além do teste de valorização das cotas.- com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial: (i) para os demais produtos de previdência, efetuamos, com base em amostragem, recálculo da PMBaC de acordo com as condições contratuais, incluindo atualização monetária; e (ii) avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas, projeções de prêmios e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e no teste de adequação dos passivos, bem como efetuamos recálculo independente das referidas provisões técnicas e do teste de adequação dos passivos partindo das bases de dados operacionais da Companhia. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideraram as informações relevantes.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

Icatu Seguros S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

		30/06/2024	31/12/2023
ATIVO			
CIRCULANTE		51.088.635	49.566.569
Disponível		178.385	186.783
Caixa e bancos		178.385	186.783
Equivalente de caixa	Nota 5.3	25.065	28.708
Aplicações	Nota 5	49.967.592	48.424.857
Créditos das operações com seguros e resseguros		412.725	375.327
Prêmios a receber	Nota 6	362.513	324.833
Operações com seguradoras		12.150	12.016
Operações com resseguradoras		38.062	38.478
Créditos das operações com previdência complementar		194	192
Valores a receber		194	192
Outros créditos operacionais	Nota 7	100.230	122.918
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 8	65.054	90.203
Títulos e créditos a receber		49.209	77.271
Títulos e créditos a receber	Nota 9	28.106	63.151
Créditos tributários e previdenciários	Nota 10.1	16.797	12.578
Outros créditos		4.306	1.542
Outros valores e bens		496	385
Outros valores		496	385
Despesas antecipadas		2.619	541
Custos de aquisição diferidos		287.066	259.384
Seguros	Nota 19	285.402	257.792
Previdência	Nota 20	1.664	1.592
NÃO CIRCULANTE		4.661.224	4.490.911
Realizável a longo prazo		3.443.514	3.343.404
Aplicações	Nota 5	2.270.216	2.259.857
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 8	59.744	53.709
Títulos e créditos a receber		507.154	476.782
Créditos tributários e previdenciários	Nota 10.2	261.531	240.088
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 23.4	245.623	236.694
Outros valores e bens	Nota 11.1	252.074	254.502
Empréstimos e depósitos compulsórios		547	510
Despesas antecipadas		1.500	-
Custos de aquisição diferidos		352.279	298.044
Seguros	Nota 19	342.138	288.296
Previdência	Nota 20	10.141	9.748
Investimentos	Nota 12	728.897	662.694
Participações societárias		728.805	662.602
Outros investimentos		92	92
Imobilizado	Nota 13	32.514	32.954
Imóveis de uso próprio		89	89
Bens móveis		18.995	16.784
Outras imobilizações		13.430	16.081
Intangível	Nota 14	456.299	451.859
Outros intangíveis		456.299	451.859
TOTAL DO ATIVO		55.749.859	54.057.480

Icatu Seguros S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

		30/06/2024	31/12/2023
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Contas a pagar		8.972.455	8.814.308
Obrigações a pagar	Nota 15.1	267.520	346.987
Impostos e encargos sociais a recolher		67.919	129.502
Encargos trabalhistas		35.371	34.256
Impostos e contribuições	Nota 16	22.611	17.288
Outras contas a pagar	Nota 15	21.271	17.176
Débitos de operações com seguros e resseguros		175.818	226.849
Prêmios a restituir		2.462	2.027
Operações com seguradoras	Nota 17	14.865	30.947
Operações com resseguradoras	Nota 17	25.119	80.907
Corretores de seguros e resseguros	Nota 17	132.508	112.177
Outros débitos operacionais		864	791
Débitos de operações com previdência complementar		1.329	1.536
Débitos de resseguros		130	603
Outros débitos operacionais		1.199	933
Depósitos de terceiros	Nota 18	103.762	128.538
Provisões técnicas – seguros	Nota 19	5.416.340	5.156.624
Pessoas		1.218.202	1.121.538
Vida individual		26.483	15.916
Vida com cobertura por sobrevivência		4.171.655	4.019.170
Provisões técnicas – previdência complementar	Nota 20	2.982.773	2.928.635
Planos não bloqueados		144.210	151.871
PGBL/PRGP		2.838.563	2.776.764
Outros débitos		24.913	25.139
Débitos diversos	Nota 11.1	24.913	25.139
NÃO CIRCULANTE		44.543.860	43.198.118
Contas a pagar		240.286	240.368
Obrigações a pagar	Nota 15.2	43.099	48.698
Outras contas a pagar	Nota 23.3	197.187	191.670
Provisões técnicas – seguros	Nota 19	26.261.623	25.218.558
Pessoas		1.056.890	951.559
Vida individual		136.560	85.792
Vida com cobertura por sobrevivência		25.068.173	24.181.207
Provisões técnicas – previdência complementar	Nota 20	17.782.387	17.480.971
Planos não bloqueados		615.022	645.283
PGBL/PRGP		17.167.365	16.835.688
Outros débitos		23.240	21.327
Provisões judiciais	Nota 23.2	23.240	21.327
Débitos diversos	Nota 11.1	236.324	236.894
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 24	2.233.544	2.045.054
Capital social		640.350	640.350
Reservas de capital		35.577	35.577
Reservas de lucros		1.338.694	1.388.694
Ajustes de avaliação patrimonial		(46.707)	(19.567)
Lucros acumulados		265.630	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		55.749.859	54.057.480

Icatu Seguros S.A.

Demonstrações dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2024	30/06/2023
Prêmios emitidos		1.989.004	1.648.438
Contribuições para cobertura de riscos		8.292	7.990
Variação das provisões técnicas de prêmios		(211.832)	(152.645)
Prêmios ganhos	Nota 26 e 27.1	1.785.464	1.503.783
Sinistros ocorridos	Nota 27.2	(681.539)	(602.079)
Custos de aquisição	Nota 27.3	(603.268)	(500.832)
Outras despesas operacionais	Nota 27.4	(116.412)	(116.388)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		384.245	284.484
Receita com resseguro		64.957	25.384
Despesa com resseguro		(45.296)	(69.888)
Outros resultados com resseguro		1.953	1.821
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	Nota 27.5	21.614	(42.683)
Rendas de contribuições e prêmios		2.494.953	1.544.663
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(1.883.829)	(988.270)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	Nota 27.6	611.124	556.393
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		44.396	40.485
Variação de outras provisões técnicas	Nota 27.7	(612.017)	(538.018)
Custo de aquisição	Nota 27.8	(52.669)	(55.541)
Outras despesas operacionais		98	(670)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA		(9.068)	2.649
Despesas administrativas	Nota 27.9	(285.247)	(251.651)
Despesas com tributos	Nota 27.10	(66.066)	(50.683)
Resultado financeiro	Nota 27.11	106.855	81.577
Resultado patrimonial	Nota 12	193.750	125.991
RESULTADO OPERACIONAL		346.083	149.684
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(35)	(62)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		346.048	149.622
Imposto de renda	Nota 28	(30.597)	(4.612)
Contribuição social	Nota 28	(20.896)	(3.027)
Participações sobre o lucro		(18.624)	(4.037)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		275.931	137.946
Quantidade de ações	Nota 24.1	93.983.477	93.983.477
Lucro líquido do semestre por ação – R\$		2,94	1,47

Icatu Seguros S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	275.931	137.946
Ajustes que poderão ser reconhecidos como receitas ou despesas futuramente:		
Ativos financeiros disponíveis mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	(63.766)	25.889
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA	(106.277)	43.147
Efeito dos tributos – IRPJ	26.570	(10.786)
Efeito dos tributos – CSLL	15.941	(6.472)
Parcela de resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas	(13.818)	13.196
Efeito do imposto de renda e contribuição social	6.097	(2.407)
Efeito dos tributos – IRPJ	3.811	(1.505)
Efeito dos tributos – CSLL	2.286	(902)
Parcela de resultados abrangentes (*)	44.347	-
Componentes do resultado abrangente	(27.140)	10.789
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	248.791	174.624

(*) Com a entrada em vigor da Circular nº 678/2022, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido.

Icatu Seguros S. A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva de ágio na subscrição de ações	Outras reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva especial para dividendos			
Saldos em 1º de janeiro de 2023	640.350	34.659	918	128.070	1.022.951	56.977	(71.023)	-	1.812.902
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	-	-	-	25.889	-	25.889
Ajustes com títulos e valores mobiliários - coligadas e controladas	-	-	-	-	-	-	10.789	-	10.789
Dividendos declarados e pagos conf. AGE 13/02/2023	-	-	-	-	(63.023)	-	-	-	(63.023)
Dividendos declarados e pagos conf. AGE 13/02/2023	-	-	-	-	-	(56.977)	-	-	(56.977)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	137.946	137.946
Saldos em 30 de junho de 2023	640.350	34.659	918	128.070	959.928	-	(34.345)	137.946	1.867.526
Saldos em 1º de janeiro de 2024	640.350	34.659	918	128.070	1.260.624	-	(19.567)	-	2.045.054
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	-	-	-	(63.766)	-	(63.766)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - coligadas e controladas	-	-	-	-	-	-	36.626	-	36.626
Dividendos declarados e pagos conf. AGO 28/02/2024	-	-	-	-	(50.000)	-	-	-	(50.000)
Ajuste referente a mudança de prática contábil – nota 3.2.1.1.3	-	-	-	-	-	-	-	(10.301)	(10.301)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	275.931	275.931
Saldos em 30 de junho de 2024	640.350	34.659	918	128.070	1.210.624	-	(46.707)	265.630	2.233.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Icatu Seguros S. A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	275.931	137.946
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	39.476	37.571
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	35	62
Despesas de juros e com arrendamento	3.515	3.039
Resultado de equivalência patrimonial	(193.750)	(125.991)
Variação das provisões técnicas – seguros	4.819.400	4.609.986
Variação das provisões técnicas – previdência	2.034.102	2.223.031
Variação de impostos sobre o lucro	29.808	12.983
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(1.659.371)	1.147.854
Créditos das operações de seguros e resseguros	(37.398)	(50.434)
Créditos das operações de previdência complementar	(2)	(22)
Ativos de resseguro	19.114	33.225
Créditos tributários e previdenciários	(4.219)	(16.908)
Ativo fiscal diferido	21.068	2.752
Depósitos judiciais e fiscais	(8.929)	(9.072)
Despesas antecipadas	(3.578)	80
Outros valores e bens	2.317	232.172
Custos de aquisição diferidos	(81.917)	(68.203)
Outros ativos	17.113	(87.825)
Outras contas a pagar	(85.622)	48.516
Débitos de operações com seguros e resseguros	(51.031)	19.618
Débitos de operações com previdência complementar	(207)	(143)
Depósitos de terceiros	(24.776)	31.112
Provisões técnicas – seguros	(3.516.619)	(5.668.838)
Provisões técnicas – previdência complementar	(1.678.548)	(2.442.671)
Provisões judiciais	1.913	(36.761)
Débitos diversos	17.438	15.603
Outros passivos	34.046	-
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	(30.691)	48.682
Juros pagos	(1.537)	(499)
Recebimento de dividendos	142.659	50.701
Tributos sobre o lucro pagos	(25.713)	(22.126)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	84.718	76.758
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(5.272)	(684)
Intangível	(23.253)	(45.869)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(28.525)	(46.553)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de passivo por arrendamento	(18.234)	(18.254)
Pagamento de dividendos	(50.000)	(120.000)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(68.234)	(138.254)
Redução líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(12.041)	(108.049)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	215.491	237.521
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	203.450	129.472

1. Contexto operacional

A **Icatu Seguros S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate* à Avenida Oscar Niemeyer, 2.000, 18º ao 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) são individuais e a Icatu Seguros S.A. é aqui tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Icatu” ou “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Icatu Seguros S.A. tem como controladora o Grupo Icatu, com 87,13%, restando 12,87%, pertencentes às pessoas físicas.

O detalhamento referente às controladas e coligadas da Companhia é apresentado na nota 12.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas posteriores alterações, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações consolidadas não são preparadas no nível da companhia operacional Icatu Seguros, pois, acima desta, existe uma companhia controladora, a qual prepara suas demonstrações individuais e consolidadas considerando as empresas do Grupo Icatu.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 27 de agosto de 2024.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalente de caixa (notas 3.3. e 5.3.);
- Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (notas 3.4.1.3.e 5.3.);
- Instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) (notas 3.4.1.2. e 5.2.);
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.6.); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.16., 19 e 20).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas Demonstrações. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta nota.

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir:

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão;
- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres;
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período; e
- Os sinistros são constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo não circulante ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base;
- Os títulos e valores mobiliários mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos; e
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensuração e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 – Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.1.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.1.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela Selic, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica “Outros valores e bens”, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida em “Débitos diversos”, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradora, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para a Icatu, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA;
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*; e
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação por amortização do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato e os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispendios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear, obedecendo o período de vida útil dos bens, e atualmente representam as seguintes taxas médias: instalações, móveis, máquinas e utensílios – 10% ao ano; equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% ao ano. O período e o método de depreciação para os ativos imobilizados são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de depreciação, conforme o caso, e são tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos depreciação) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, em “Ganhos e perdas com ativos não correntes”, no resultado do período.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil média de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de *softwares* de uso interno, e os contratos de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato, que hoje está entre cinco e vinte anos (5% a 20% ao ano). Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como “mudanças de estimativas contábeis”. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas administrativas”, no resultado.

Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortização) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica “Ganhos ou perdas do ativo não correntes”.

3.9. Investimentos

As participações acionárias em coligadas e controladas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, e posteriormente são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os resultados de equivalência patrimonial são registrados no resultado do período, sob a rubrica “Resultado patrimonial”.

Ganhos e perdas resultantes da venda de um investimento são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil, líquido da redução ao valor recuperável, quando houver, e são reconhecidos na rubrica “Resultado patrimonial”, no momento da baixa do ativo.

3.10. Redução ao valor recuperável

3.10.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

3.10.1.1 Redução ao valor recuperável de ativos de resseguro

A Redução ao Valor Recuperável de ativos de resseguro (RdVR de resseguro) deve ser constituída para suportar a expectativa de perdas (não recuperação) de valores referentes às recuperações de resseguro.

A metodologia de cálculo observa o histórico de perdas das recuperações de resseguro solicitadas e, quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

O estudo considera a análise quantitativa, referente às perdas com a não recuperação do sinistro em conjunto com o tempo médio da recuperação, e a análise qualitativa, observando os critérios mínimos de Rating para a seleção dos resseguradores, definidos na política de transferência de risco. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

3.10.1.2 Redução ao valor recuperável de prêmios a receber

A Redução ao Valor Recuperável de prêmios a receber (RdVR) deverá ser constituída, preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos ou a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da Companhia.

Nossa metodologia de cálculo, observa o estudo de taxa (probabilidade) de inadimplência com base na nossa própria experiência histórica de não recebimento de prêmios dos últimos 12 meses. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

O estudo é realizado por “faixa de *aging*”, sob o entendimento de que a probabilidade de inadimplência é diferente e se deteriora na medida em que o atraso no recebimento da fatura é maior:

- Grupo 0: faturas com 30 dias a vencer;
- Grupo 1: faturas vencidas há 60 dias;
- Grupo 2: faturas vencidas entre 60 e 180 dias;
- Grupo 3: faturas vencidas entre 180 e 360 dias, e;
- Grupo 4: faturas vencidas a mais de 360 dias.

Para o primeiro semestre de 2024, a partir da análise histórica, estamos aplicando os seguintes percentuais para constituição mensal da RdVR:

- Faturas com 30 dias a vencer – 0,53%;
- Faturas vencidas há 60 dias – 4,51%;
- Faturas vencidas entre 60 e 180 dias – 49,34%;
- Faturas vencidas entre 180 e 360 dias – 58,64%;
- Faturas vencidas a mais de 360 dias – 100%.

3.10.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

3.11. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.11.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.11.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL) e Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente. Esta constituição foi realizada conforme legislação em vigor.

3.12. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal, cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais” no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais

Quando necessário o valor da provisão relacionada a sinistros é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras contas a pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa Selic.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, tribunal e região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

3.13. Benefícios a empregados

Através do plano de contribuição variável, a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa, associamos duas modalidades de incentivos, sendo: (i) incentivo de curto prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas para o ano; e (ii) incentivo de longo prazo, que se refere a uma parcela que compõe a estrutura de remuneração dos executivos, premiando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. A metodologia utilizada leva em consideração para a remuneração de curto prazo, o Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício. A remuneração de longo prazo leva em consideração: (i) indexadores de negócios *scorecard* da Companhia; e (ii) variação do patrimônio líquido.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

3.14. Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos aos resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios cedidos de resseguro proporcional são registrados quando da emissão do risco. Os prêmios cedidos de resseguro não proporcional são registrados no início de vigência do contrato de resseguro e ambos são apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente, conforme nota 3.10.1.1. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

3.15. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos, em sua maioria atrelados às operações de vida, são constituídos com base nos valores relacionados a corretagens, pró-labore e agenciamento referentes à comercialização de apólices/certificados, as quais são reconhecidas de forma linear no resultado conforme o período de vigência contratada, exceto as despesas com agenciamento que são reconhecidas pela vigência da apólice ou em até no máximo 60 meses. De acordo com estudos feitos pela Companhia, o prazo médio da amortização dos custos de aquisição que foram diferidos é de, aproximadamente, 18 meses.

3.16. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e pelo CPC 11 – Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas brutas de resseguro e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

3.16.1. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC)

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida com Remuneração Garantida e Performance (VRGP) e Fundo Garantidor de Benefício (FGB), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida previstas para os planos do tipo FGB e VRGP.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, relacionadas aos seguros de pessoas e aos planos de previdência complementar aberta, na modalidade de benefício definido e em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.16.2. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC)

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.16.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros e pecúlios, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das Demonstrações e ainda pendentes de pagamento. Para fins de atualização monetária, são utilizados os indexadores do plano para sinistros administrativos e o indexador definidos em cada uma das ações para os judiciais.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL, a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro, sendo:

- Os ajustes de IBNER administrativa calculado conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados; e
- Os ajustes de IBNER judicial, calculados conforme percentual histórico de perdas dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e capital necessário para pagamento de rendas, atualizados monetariamente.

3.16.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

- (I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisitados, minimamente, semestralmente.
- (II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão.
- (III) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não avisados, tanto administrativos quanto judiciais. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais. Deste modo, é possível segregar o saldo da provisão conforme a origem do aviso.

Através da realização contínua de testes de consistência com o objetivo de monitoramento do nível de provisionamento, entendeu-se pela manutenção do saldo da provisão para o primeiro semestre de 2024.

3.16.5. Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Emitidos e Não Emitidos (PPNG e PPNG – RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo método *pro rata die*, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG – RVNE) considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira:

- (I) Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor de R\$ 200 mil, o método utilizado é conhecido como triângulo de *run-off*, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses.
- (II) Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se a média simples das últimas “n” emissões de cada apólice.

Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG – RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

3.16.6. Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.16.7. Provisão de resgates e/ou outros Valores a Regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, as devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e as portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações, além das rendas vencidas e ainda não pagas.

3.16.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR/PDC)

A Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura (PDC) ou Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples (PDR) correspondem aos valores esperados com despesas marginais relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base os custos relacionados ao pagamento dos benefícios, sindicâncias necessárias para a regulação e honorários de sucumbência.

3.16.9. Provisão de Excedente Técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.16.10. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na nota 3.17.

3.17. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente, é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas.

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSSb-V.2021. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos, observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Tendo em vista que os principais planos possuem as seguintes características técnicas:

30/06/2024		
Tábua	Juros	Carregamento
AT2000	0,00%	0,00%
BReMS	0,00%	0,00%

Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes na data-base das Demonstrações. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes e as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade futura foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. Para as apólices globais, foram considerados os seguintes percentuais de sinistralidade:

30/06/2024	
Agrupamento	Sinistralidade
Vida em grupo	48,91%
Prestamista	28,56%
Acidentes pessoais	27,38%
Vida individual	17,20%

As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos.

Para a projeção do fluxo de resseguro, aplica-se percentuais por ramo sobre o fluxo de prêmios emitidos de forma direta. O percentual foi apurado com base no histórico dos últimos 12 meses de repasse de prêmio, a fim de refletir a experiência mais próxima dos contratos vigentes na Companhia. Em relação ao sinistro os percentuais também são aplicados por ramo, apurados conforme observação dos últimos cinco anos, sobre o fluxo de sinistros direto. Ainda, sobre o volume de sinistros ressegurados pagos é considerado que em média as recuperações ocorrem 10 meses após a liquidação do sinistro junto ao segurado, conforme histórico de recuperações da companhia.

O resultado mensal dos fluxos de caixa foi trazido a valor presente pela curva de juros (ETTJ) correspondente ao indexador de cada plano divulgada pela SUSEP na data-base do cálculo.

3.17.1. Segmentação para reconhecimento da PCC

Para atender à definição de segmentação dos contratos de seguro e resseguros como critério para alocação no reconhecimento da PCC, levou-se em consideração as características de risco similares e a administração conjunta destes contratos. A seguir apresentamos a segmentação dos produtos:

- (I) Previdência tradicional e vida inteira;
- (II) Benefícios concedidos;
- (III) PGBL/VGBL, VRGP E FGB; e
- (IV) Seguros de pessoas coletivo, individual e risco de previdência.

3.17.2. Efeito das taxas de juros no TAP

A Circular SUSEP nº 678/22 introduziu significativas mudanças na contabilização da PCC, especialmente em decorrência da mudança na taxa de juros. Em resposta aos novos requisitos impostos pelo normativo, procedeu-se à adaptação dos processos e das políticas contábeis relacionados. Portanto, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no patrimônio líquido, conforme estudo técnico detalhado no qual fundamenta essa decisão e a metodologia adotada. Vale ressaltar que demais alterações terão a contrapartida reconhecida no resultado do exercício.

3.17.3. Resultado do cálculo do TAP

- **Planos de Benefícios Definidos (BD) e Benefícios Concedidos**

O quadro a seguir demonstra o resultado do TAP:

Icatu Seguros S.A.	30/06/2024	31/12/2023
Estimativa corrente dos fluxos de caixa	1.266.727	1.220.825
Provisões técnicas na data-base (*)	(1.262.995)	(1.171.776)
Resultado do TAP (1)	3.732	49.049
Valor contábil dos títulos mensurados ao custo amortizado	-	1.160.528
Valor de mercado (ETTJ - SUSEP) dos títulos mensurados ao custo amortizado	-	(1.175.383)
Diferença entre valor justo dos títulos mensurados ao custo amortizado e valor contábil (**)	-	(14.855)
Redução no TAP referente à diferença de mercado (**)	-	(14.855)
Resultado do TAP (2)	3.732	34.194

(*) Planos BD e Benefícios Concedidos.

(**) Valor, quando negativo, utilizado para deduzir o Resultado do TAP (1). Caso contrário, a diferença entre a Estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo das Provisões técnicas na data-base é o próprio Resultado do TAP (2).

Na Companhia, o resultado do TAP em 30 de junho de 2024 apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro no valor de R\$ 3.732 (R\$ 49.049 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2023, a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, mensurados ao custo amortizado, possibilitou a redução da insuficiência em R\$ 14.855. Sendo assim, o valor constituído de PCC foi de R\$ 34.194. Para a data-base das Demonstrações essa utilização foi vedada, conforme legislação vigente, sendo assim o valor constituído de PCC é a própria insuficiência de R\$ 3.732.

Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

3.18. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.19. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsecamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota 3.6.

3.20. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, Teste de Adequação de Passivos (TAP), cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.21. Adoção de novas normas e interpretações

3.21.1. Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP 448/2022

Em 10 de outubro de 2022, a SUSEP publicou a Circular nº 678, que alterou a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revogou o dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012. A Circular entrou em vigor em janeiro de 2024.

A Resolução CNSP nº 448, que alterou a Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, entrou em vigor para o artigo 2º em 2 de janeiro de 2023 e demais artigos em janeiro de 2024.

Dentre as principais alterações trazidas na norma temos:

3.21.1.1. Adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 substitui o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros, com ajustes retrospectivos nos comparativos. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares:

- **Classificação e mensuração de ativos financeiros**

Enquanto pelo CPC 38 a classificação do ativo financeiro, e consequentemente sua mensuração e reflexo no resultado do exercício, dependia exclusivamente da intenção da Companhia, pelo CPC 48, a classificação dos ativos financeiros resulta de uma análise conjunta das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão desses ativos. Além disso, as nomenclaturas das classificações aplicáveis foram alteradas para: mensurados subsequentemente a custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado.

Em relação aos Instrumentos Financeiros, a Companhia avaliou as classificações dos mesmos e não identificou mudanças significativas, visto que a principal mudança ocorrida está relacionada a classificação dos Instrumentos Financeiros conforme modelo de negócio.

- **Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

O CPC 48 trouxe como regra geral que a cada data de balanço, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Companhia avaliou a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não identificou mudanças na posição patrimonial mediante aos estudos e práticas metodológicas que foram desenvolvidas e aprovadas internamente.

3.21.1.2. Alterações em nomenclatura e conceitos relativos a provisões técnicas

Na área de provisões técnicas, a norma alterou algumas nomenclaturas e conceitos, trazendo nova alocação nos valores associadas a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), Provisão de Valores a Regularizar (PVR) e Provisão de Despesas Relacionadas (PDR).

A Circular segregou a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) em duas:

- Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples (PDR); e
- Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura (PDC).

Para alinhar a PSL ao seu conceito de benefício de riscos, os valores de pagamentos sob a forma de renda atuarial ou financeira foram considerados na PVR e não na PSL. Além disso, os termos "rendas vencidas" e "pagamentos únicos" foram excluídos da definição da PSL. Assim, a PVR agora inclui valores referentes a resgates a regularizar, devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, portabilidades a regularizar, prêmios recebidos e não cotizados, rendas vencidas e benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência.

A Companhia avaliou as alterações e não identificou mudanças significativas no que diz respeito as provisões técnicas.

3.21.1.3. O fim da compensação da “mais-valia” das aplicações financeiras classificadas na modalidade mantidos até o vencimento (custo amortizado) com o resultado do teste de adequação do passivo (TAP)

A “mais-valia” é definida como a diferença entre o valor contábil dos ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e seus respectivos valores justos. Até 2023, o saldo da mais-valia podia ser usado para compensar insuficiências identificadas no Teste de Adequação de Passivos (TAP), permitindo que a Provisão Complementar de Cobertura (PCC) não fosse registrada se a mais-valia fosse maior que a insuficiência. No entanto, a Circular Susep nº 678/22 alterou essa prática.

O efeito contábil imediato dessa alteração foi a necessidade de constituição de PCC em casos de insuficiência de TAP, situação anteriormente compensada pela mais-valia. A contrapartida do lançamento na PCC depende da natureza da insuficiência:

- Se resultante de alteração no risco, a contrapartida deve ser registrada no resultado do exercício; e
- Se decorrente de alteração na taxa de juros, a contrapartida poderá ser no resultado ou em outros resultados abrangentes, conforme a política contábil estabelecida em estudo técnico.

A Companhia avaliou as alterações e teve um impacto referente ao reposicionamento do saldo da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) desconsiderando o benefício da mais-valia. O valor adicionado na PCC foi de R\$ 14.855 bruto de tributos (R\$ 9.079 líquidos de tributos) na data de adoção, reconhecendo o efeito da mudança na estimativa contábil no patrimônio líquido (lucros acumulados) não havendo necessidade de informações comparativas com os saldos de início do exercício anterior, conforme previsto na abordagem da aplicação prospectiva da SUSEP.

3.22. Novas normas ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis e normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

3.22.1. CPC 50 – Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.22.2. Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a emenda constitucional 132 que estabelece as bases para a Reforma Tributária. O principal efeito da aprovação é a unificação, a partir de 2033, de cinco tributos — ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS — em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). O texto aprovado necessita de regulamentação que se dará através da emissão de leis complementares que serão avaliadas e adotadas pela Companhia quando divulgadas pela Receita Federal do Brasil.

4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a Icatu consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo do Grupo Icatu.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo Conselho de Administração.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do Comitê de Risco, do Comitê de Auditoria da Diretoria e do Conselho de Administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos; e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

- (I) Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo; e
- (II) Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linhas, conforme melhor explicado abaixo:
 - As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos;
 - A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu; e
 - A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao Conselho de Administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu está disposto a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela empresa.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradores), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *Standard and Poor's* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de *Default* (PD), *duration* do ativo e Taxa de Recuperação (LGD), que estima a exposição ao *default*, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 30 de junho de 2024, R\$ 2.480.128, correspondentes a 68,52% (R\$ 2.882.430 correspondentes a 83,66% em 31 de dezembro de 2023) das aplicações financeiras (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) que são ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo as melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 126.930 (R\$ 154.976 em 31 de dezembro de 2023). Em 30 de junho de 2024, há R\$ 2.946 em bloqueio judicial (R\$ 2.831 em 31 de dezembro de 2023), alocados em Letras Financeiras do Tesouro.

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 48.643.287 (R\$ 47.267.984 em 31 de dezembro de 2023).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 823.897 em 30 de junho de 2024 (R\$ 267.260 em 31 de dezembro de 2023). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de rating: *Standard and Poor's*, *Fitch* e *Moody's*. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

Rating	30/06/2024		
	Letra Financeira	Debênture	Total
AAA	125.531	60.154	185.685
Total	125.531	60.154	185.685

4.1.1.2. Principais riscos associados ao resseguro

A colocação de contratos de resseguro, automáticos e/ou facultativos, devem estar em conformidade com as determinações e apetite a risco do Grupo Icatu, bem como com a legislação em vigor, e em posição de obter as melhores condições comerciais, promovendo ganhos de escala e possibilitando a manutenção e gerenciamento dos contratos de forma estratégica, ética e profissional, mantendo os níveis adequados de exigência, transparência e zelo com relação aos critérios estabelecidos na política de transferência de riscos.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a Redução ao Valor Recuperável – RdVR de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito, conforme nota 3.10.1.1.

O principal contrato de resseguro do Grupo Icatu é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro, em 30 de junho de 2024:

Tipo Ressegurador	Rating	Exposição (R\$)	Exposição (%)
Admitida	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	4.144	2,54%
Admitida	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	48.931	30,05%
Eventual	A- pela <i>Standard & Poor's</i>	182	0,11%
Eventual	A+ pela <i>Standard & Poor's</i>	203	0,12%
Eventual	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	2.907	1,78%
Local	AA- pela <i>Standard & Poor's</i>	47.834	29,36%
Local	A- pela <i>A. M. Best Company</i>	58.704	36,04%
Total		162.905	100,00%

4.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk (VaR)*, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente.

Este indicador representa se a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

- (I) O *VaR* paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (*EWMA*), com fator de decaimento de 0,95.
- (II) *DV01* (*dólar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de *VaR* e *DV01*, para a Companhia:

Fatores de Risco	30/06/2024				31/12/2023			
	<i>DV-01</i>	<i>EWMA</i>	<i>VAR</i>	Exposição	<i>DV-01</i>	<i>EWMA</i>	<i>VAR</i>	Exposição
Pré-fixado	(10)	95%	1.065	34.488	-	95%	-	-
IGPM	(437)	95%	21.871	959.601	(440)	95%	23.048	932.901
IPCA	(1.552)	95%	62.131	1.944.677	(1.641)	95%	66.185	1.522.050

4.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência detidos pela Companhia:

Ativos e passivos	30/06/2024			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	178.385	-	-	178.385
Equivalente de caixa	25.065	-	-	25.065
Aplicações financeiras	20.780.471	5.408.151	26.049.186	52.237.808
Crédito das operações	412.919	-	-	412.919
Ativos de resseguro - provisões técnicas	65.054	15.531	44.213	124.798
Títulos e créditos a receber	49.209	507.154	-	556.363
Total de ativos	21.511.103	5.930.836	26.093.399	53.535.338
Contas a pagar	267.520	240.286	-	507.806
Provisões técnicas	8.399.113	8.455.540	35.588.470	52.443.123
Débito das operações	177.147	-	-	177.147
Depósitos de terceiros	103.762	-	-	103.762
Total de passivos	8.947.542	8.695.826	35.588.470	53.231.838

Ativos e passivos	31/12/2023			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	186.783	-	-	186.783
Equivalente de caixa	28.708	-	-	28.708
Aplicações financeiras	19.232.735	5.165.765	26.286.214	50.684.714
Crédito das operações	375.519	-	-	375.519
Ativos de resseguro - provisões técnicas	90.203	13.736	39.973	143.912
Títulos e créditos a receber	77.271	476.782	-	554.053
Total de ativos	19.991.219	5.656.283	26.326.187	51.973.689
Contas a pagar	346.987	240.368	-	587.355
Provisões técnicas	8.085.258	8.202.816	34.496.714	50.784.788
Débito das operações	228.385	-	-	228.385
Depósitos de terceiros	128.538	-	-	128.538
Total de passivos	8.789.168	8.443.184	34.496.714	51.729.066

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

4.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo o risco legal, de *compliance* e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu, na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a Diretoria e, se necessário, ao Conselho de Administração.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou que podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a ocorrência de eventos semelhantes.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica do Grupo Icatu, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, e participa da formação de novos produtos a serem lançados, e fornece subsídios para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de *compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos, cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco do Grupo Icatu no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos do Grupo Icatu tem como objetivo examinar cuidadosamente todas as propostas de seguro, bem como, durante o processo de precificação, considerar as características e particularidades dos grupos segurados.

Para reduzir a exposição ao risco de subscrição, o Grupo Icatu diversifica sua carteira através de uma análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração do Grupo Icatu e formalizadas na política de subscrição e de transferência de riscos. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises atuariais e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, o Grupo Icatu visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de minimizar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

O Grupo Icatu subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a Política de Subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preço antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, o Grupo Icatu cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e conseqüentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de transferência de riscos e com as diretrizes acordadas com a Diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo Icatu possui contratos de resseguro específicos.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por ramo e por região, da Companhia, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL bruto de resseguro e líquido de resseguro no período:

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2024					
	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	47.690	124.487	19.955	349.666	477.298	1.019.096
Prestamista	4.277	37.255	2	51.634	242.652	335.820
Acidentes pessoais	4.778	14.216	7.183	129.294	71.762	227.233
Vida individual	1.107	6.985	3.672	65.309	5.016	82.089
Rural	-	-	-	4.010	108.779	112.789
Outros	182	2.897	58	4.366	934	8.437
Total seguros	58.034	185.840	30.870	604.279	906.441	1.785.464
Previdência	15.883	33.683	14.418	305.156	241.984	611.124
Total previdência	15.883	33.683	14.418	305.156	241.984	611.124

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2023					
	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	33.182	102.381	19.531	288.523	428.681	872.298
Prestamista	3.710	30.387	9.486	55.544	214.693	313.820
Acidentes pessoais	2.005	9.579	9.471	85.560	53.787	160.402
Vida individual	843	5.457	2.166	39.901	3.421	51.788
Rural	-	-	-	1.736	94.409	96.145
Outros	250	2.790	253	4.074	1.963	9.330
Total seguros	39.990	150.594	40.907	475.338	796.954	1.503.783
Previdência	26.383	27.653	1.165	289.160	212.032	556.393
Total previdência	26.383	27.653	1.165	289.160	212.032	556.393

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30/06/2024					
	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	47.186	124.151	19.860	342.120	471.735	1.005.052
Prestamista	4.277	37.233	2	51.632	234.860	328.004
Acidentes pessoais	4.731	14.074	7.106	126.329	70.914	223.154
Vida individual	951	6.207	3.344	56.434	4.414	71.350
Rural	-	-	-	4.010	100.666	104.676
Outros	181	2.783	55	4.252	661	7.932
Total seguros	57.326	184.448	30.367	584.777	883.250	1.740.168
Previdência	15.883	33.683	14.418	305.156	241.984	611.124
Total previdência	15.883	33.683	14.418	305.156	241.984	611.124

Ramo/região geográfica	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30/06/2023					
	Centro oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	31.531	101.457	18.925	256.881	421.249	830.043
Prestamista	3.710	30.379	9.486	55.528	207.762	306.865
Acidentes pessoais	1.962	9.431	9.332	80.950	52.807	154.482
Vida individual	748	5.036	1.865	33.654	3.010	44.313
Rural	-	-	-	1.736	88.834	90.570
Outros	207	2.241	194	3.513	1.467	7.622
Total seguros	38.158	148.544	38.802	432.262	775.129	1.433.895
Previdência	26.383	27.653	1.165	289.160	212.032	556.392
Total previdência	26.383	27.653	1.165	289.160	212.032	556.392

4.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e *stress*. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.7. Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da empresa para conferência e acompanhamento dos resultados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados na rubrica equivalente de caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 30 de junho de 2024, o saldo era de R\$ 25.065 (R\$ 28.708 em 31 de dezembro de 2023).

Em 30 de junho de 2024, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) é de R\$ 1.163.397 (R\$ 1.109.784 em 31 de dezembro de 2023). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como ajustes de avaliação patrimonial, montam R\$ 134.122 bruto de tributos e R\$ 80.473, líquidos de tributos (R\$ 27.845, brutos de tributos e R\$ 16.707, líquidos de tributos, em 31 de dezembro de 2023).

O circulante é composto pela totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) e o total dos ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses, das outras duas categorias. Os equivalentes de caixa estão em rubrica separada e os demais instrumentos financeiros estão no não circulante.

O saldo contábil apresenta-se da seguinte forma:

	30/06/2024	31/12/2023
Categoria		
Custo amortizado	1.238.448	1.175.087
Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	1.029.275	1.081.939
Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	49.995.150	48.456.396
Total	52.262.873	50.713.422
Circulante	49.992.657	48.453.565
Equivalente de caixa	25.065	28.708
Aplicações financeiras	49.967.592	48.424.857
Não circulante	2.270.216	2.259.857
Aplicações financeiras	2.270.216	2.259.857

5.1. Custo amortizado

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado que representa 2,37% da carteira em 30 de junho de 2024 (2,32 % em 31 de dezembro em 2023):

	Taxas contratadas	30/06/2024	
		Valor contábil/curva	Valor justo
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		1.238.448	1.166.692
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 4,74%	524.397	414.723
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 7,45%	653.897	694.289
Debêntures de distribuição pública	IGPM + 5,62%	60.154	57.680
Total		1.238.448	1.166.692
Não circulante		1.238.448	1.166.692

	Taxas contratadas	31/12/2023	
		Valor contábil/curva	Valor justo
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		1.175.087	1.188.314
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 4,74%	511.274	461.382
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 7,43%	653.992	717.678
Debêntures de distribuição pública	IGPM + 4,51%	9.821	9.254
Total		1.175.087	1.188.314
Não circulante		1.175.087	1.188.314

	30/06/2024	31/12/2023
Vencimento em até cinco anos	9.863	9.821
Vencimento acima de cinco anos	1.228.585	1.165.266
Total	1.238.448	1.175.087

5.2. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) que representa 1,97% da carteira em 30 de junho de 2024 (2,13% em 31 de dezembro em 2023):

	Taxas contratadas	30/06/2024	
		Valor contábil/justo	Valor de curva
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		1.029.275	1.163.397
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 5,31%	705.736	810.588
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 5,15%	198.905	208.521
Letras Financeiras – LF	IPCA + 5,34%	124.634	144.288
Total		1.029.275	1.163.397
Circulante		453	456
Não circulante		1.028.822	1.162.941

	Taxas contratadas	31/12/2023	
		Valor contábil/justo	Valor de curva
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		1.081.939	1.109.785
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 5,27%	749.112	763.214
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	IGPM + 5,10%	205.605	209.563
Letras Financeiras – LF	IPCA + 5,34%	127.222	137.008
Total		1.081.939	1.109.785
Não circulante		1.081.939	1.109.785

	30/06/2024	31/12/2023
Vencimento em até um ano	453	-
Vencimento em até cinco anos	20.657	20.640
Vencimento acima de cinco anos	1.008.165	1.061.299
Total	1.029.275	1.081.939

5.3. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) que representa 95,66% da carteira em 30 de junho de 2024 (95,55% em 31 de dezembro em 2023):

	Taxas contratadas	30/06/2024	
		Valor contábil	Valor justo
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		49.142.602	49.142.602
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)	-	48.643.288	48.643.288
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	Selic	387.933	387.933
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 6,29%	9.259	9.259
Letras do Tesouro Nacional – LTN	11,26%	1	1
Letras Financeiras – LF	6,67%	897	897
Operações compromissadas	Selic	101.865	101.865
Outros	-	(641)	(641)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos (bloqueio judicial)		2.946	2.946
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos		824.537	824.537
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa		25.065	25.065
Total		49.995.150	49.995.150
Circulante		49.992.204	49.992.204
Não circulante		2.946	2.946

	Taxas contratadas	31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		48.156.421	48.156.421
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)	-	47.267.984	47.267.984
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	Selic	752.570	752.570
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	IPCA + 2,56%	9.872	9.872
Letras do Tesouro Nacional – LTN	11,16%	5	5
Letras Financeiras – LF	7,78%	897	897
Operações compromissadas	Selic	126.268	126.268
Outros	-	(1.175)	(1.175)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos (bloqueio judicial)		2.831	2.831
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos		268.436	268.436
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa		28.708	28.708
Total		48.456.396	48.456.396
Circulante		48.453.565	48.453.565
Não circulante		2.831	2.831

(*) A composição dos fundos exclusivos PGBl/VGBL em fase de acumulação onde a Companhia é cotista, possui como principais ativos: Títulos públicos do Tesouro Nacional que representam 45% da carteira em 30 de junho de 2024 (45% em 31 dezembro de 2023), sendo o principal ativo as Letras Financeiras do Tesouro. As demais aplicações correspondem a títulos de crédito privado, cotas de fundos não exclusivos, operações compromissadas e ações.

	30/06/2024	31/12/2023
Sem vencimento	11.797.363	10.601.568
Vencimento em até um ano	9.007.720	8.659.876
Vencimento em até cinco anos	21.679.489	21.488.247
Vencimento acima de cinco anos	7.510.578	7.706.705
Total	49.995.150	48.456.396

5.4. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	Custo amortizado	VJORA	VJR	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	1.188.874	608.626	47.440.772	49.238.272
(+) Aplicações	-	499.821	15.242.230	15.742.051
(-) Resgates	(84.691)	(141.477)	(19.645.388)	(19.871.556)
(+) Rendimentos	70.904	58.295	5.418.782	5.547.981
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	56.674	-	56.674
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.175.087	1.081.939	48.456.396	50.713.422
(+) Aplicações	49.008	25.697	8.912.057	8.986.762
(-) Resgates	(42.439)	(28.980)	(8.612.484)	(8.683.903)
(+) Rendimentos	56.792	56.896	1.239.181	1.352.869
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(106.277)	-	(106.277)
Saldo em 30 de junho de 2024	1.238.448	1.029.275	49.995.150	52.262.873

Os resgates mensurados ao custo amortizado referem-se ao fluxo de pagamento dos ativos classificados nessa categoria.

5.5. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos mensurados ao custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo;

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total
Custo amortizado	524.397	714.051	1.238.448
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	524.397	714.051	1.238.448
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	524.397	-	524.397
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	-	653.897	653.897
Debêntures de distribuição pública	-	60.154	60.154
VJORA	705.736	323.539	1.029.275
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	705.736	323.539	1.029.275
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	-	198.905	198.905
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	705.736	-	705.736
Letras Financeiras – LF	-	124.634	124.634
VJR	29.568.009	20.427.141	49.995.150
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	29.539.998	19.602.604	49.142.602
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)	29.040.940	19.602.347	48.643.287
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	387.933	-	387.933
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	9.259	-	9.259
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1	-	1
Letras Financeiras – LF	-	897	897
Operações compromissadas	101.865	-	101.865
Outros	-	(640)	(640)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos (bloqueio judicial)	2.946	-	2.946
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	-	824.537	824.537
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa	25.065	-	25.065
Total	30.798.142	21.464.731	52.262.873

	31/12/2023		
	Nível 1	Nível 2	Total
Custo amortizado	1.165.266	9.821	1.175.087
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	1.165.266	9.821	1.175.087
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	511.274	-	511.274
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	653.992	-	653.992
Debêntures de distribuição pública	-	9.821	9.821
VJORA	954.717	127.222	1.081.939
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	954.717	127.222	1.081.939
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	205.605	-	205.605
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	749.112	-	749.112
Letras Financeiras – LF	-	127.222	127.222
VJR	30.596.470	17.859.926	48.456.396
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	30.564.931	17.591.490	48.156.421
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) (*)	29.676.216	17.591.768	47.267.984
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	752.570	-	752.570
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	9.872	-	9.872
Letras do Tesouro Nacional – LTN	5	-	5
Letras Financeiras – LF	-	897	897
Operações compromissadas	126.268	-	126.268
Outros	-	(1.175)	(1.175)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos (bloqueio judicial)	2.831	-	2.831
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	-	268.436	268.436
Operações compromissadas – classificado como equivalente de caixa	28.708	-	28.708
Total	32.716.453	17.996.969	50.713.422

(*) A composição dos fundos exclusivos PGBl/VGBl em fase de acumulação onde a Companhia é cotista, possui como principais ativos: Títulos públicos do Tesouro Nacional que representam 45% da carteira em 30 de junho de 2024 (45% em 31 dezembro de 2023), sendo o principal ativo as Letras Financeiras do Tesouro. As demais aplicações correspondem a títulos de crédito privado, cotas de fundos não exclusivos, operações compromissadas e ações.

5.6. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

Em 30 de junho de 2024 a Companhia possuía, em fundos exclusivos, R\$ 81 de exposição (*notional*) (R\$ 9 em 31 de dezembro de 2023) em contratos futuros de DI negociados na B3, que são utilizados para fins de *hedge* de taxa pré-fixada.

6. Prêmios a receber

6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

Saldo de prêmios a receber por ramo era o seguinte:

	30/06/2024	31/12/2023
Vida em grupo	217.421	189.666
Prestamistas	74.110	72.690
Acidentes pessoais	43.412	40.468
Vida individual	25.595	22.036
Rural	20.779	19.007
Outros	28	77
Total de prêmios a receber bruto	381.345	343.944
Redução ao valor recuperável	(18.832)	(19.111)
Total de prêmios a receber	362.513	324.833

6.2. Movimentação de prêmios a receber

Prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável:

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo inicial	343.944	271.415
(+) Prêmios emitidos	2.193.567	3.920.908
(+) IOF	8.086	15.476
(-) Prêmios cancelados	(204.564)	(360.412)
(-) Recebimentos	(1.959.688)	(3.503.443)
Prêmios a receber bruto	381.345	343.944
Movimentação da redução ao valor recuperável		
Saldo inicial	(19.111)	(13.475)
(-) Constituição	(109.153)	(242.094)
(+) Reversão	109.432	236.458
Provisão para redução ao valor recuperável	(18.832)	(19.111)
Prêmios a receber líquidos	362.513	324.833

6.3. Idade dos prêmios a receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	30/06/2024			31/12/2023		
	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer						
De 1 até 30 dias	342.410	(610)	341.800	306.967	(540)	306.427
Vencidos						
1 até 30 dias	17.675	(797)	16.878	14.721	(502)	14.219
31 até 60 dias	2.584	(117)	2.467	2.012	(68)	1.944
61 até 120 dias	516	(254)	262	1.532	(875)	657
121 até 180 dias	533	(263)	270	1.157	(661)	496
181 até 360 dias	2.020	(1.184)	836	3.559	(2.469)	1.090
Mais de 360 dias	15.607	(15.607)	-	13.996	(13.996)	-
Total	381.345	(18.832)	362.513	343.944	(19.111)	324.833

O cálculo da redução ao valor recuperável foi baseado em estudo técnico revisado, no mínimo, semestralmente, considerando a inadimplência dos últimos dois anos, conforme nota 3.10.1.2.

7. Outros créditos operacionais

Registra, basicamente, os recebimentos e pagamentos operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 100.230 em 30 de junho de 2024 (R\$ 122.918 em 31 de dezembro de 2023). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

8. Ativos de resseguros

As provisões técnicas referentes as operações de resseguros contratadas pela Companhia, com o intuito de mitigar os riscos assumidos, registradas no ativo circulante e não circulante, são as seguintes:

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR	43.656	43.656
Recuperação de indenização de sinistro	62.589	51.733
Prêmio de resseguro diferido	18.553	48.523
Total	124.798	143.912
Circulante	65.054	90.203
Não circulante	59.744	53.709

9. Títulos e créditos a receber

Os títulos e créditos a receber, registrados no ativo circulante, são compostos basicamente por dividendos a receber das controladas e coligadas e valores a receber das empresas do Grupo Icatu, por reembolso, referentes ao contrato de compartilhamento de despesas em comum.

	30/06/2024	31/12/2023
Dividendos	15.801	39.855
Créditos a receber	12.305	23.296
Total	28.106	63.151

10. Créditos tributários e previdenciários

10.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante são compostos por tributos apurados e lançados, para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Impostos a recuperar	30/06/2024	31/12/2023
Imposto de renda	8.124	6.265
Contribuição social	4.202	2.642
COFINS	1.153	1050
PIS	59	57
Outros	3.259	2.564
Total	16.797	12.578

10.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica “Créditos tributários e previdenciários”:

	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Realizações/ Reversões	Saldo em 30/06/2024
Imposto de renda diferido	123.655	145.855	(131.868)	137.642
Prejuízos fiscais	55.207	6.226	(12.540)	48.893
Diferenças temporárias	61.486	6.991	(13.259)	55.218
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	6.962	132.638	(106.069)	33.531
Contribuição social diferida	72.953	86.722	(79.012)	80.663
Base negativa	31.886	2.943	(7.416)	27.413
Diferenças temporárias	36.890	4.196	(7.955)	33.131
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	4.177	79.583	(63.641)	20.119
PIS e COFINS diferidos	44.893	3.001	(1.151)	46.743
PIS e COFINS diferidos	44.893	3.001	(1.151)	46.743
Total de créditos fiscais diferidos	241.501	235.578	(212.031)	265.048
Passivo - não circulante				
Imposto de renda diferido	1.413	16.404	(14.300)	3.517
IR Debêntures Incentivadas	1.413	16.404	(14.300)	3.517
Total de débitos fiscais diferidos	1.413	16.404	(14.300)	3.517
Total de créditos e débitos diferidos	240.088	219.174	(197.731)	261.531

	Saldo em 01/01/2023	Constituições	Realizações/ Reversões	Saldo em 31/12/2023
Imposto de renda diferido	132.358	293.611	(302.314)	123.655
Prejuízos fiscais	61.993	58.939	(65.725)	55.207
Diferenças temporárias	49.236	45.804	(33.554)	61.486
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	21.129	188.868	(203.035)	6.962
Contribuição social diferida	78.357	177.123	(182.527)	72.953
Base negativa	36.137	35.939	(40.190)	31.886
Diferenças temporárias	29.542	27.864	(20.516)	36.890
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	12.678	113.320	(121.821)	4.177
PIS e COFINS diferidos	40.950	14.718	(10.775)	44.893
PIS e COFINS diferidos	40.950	14.718	(10.775)	44.893
Total de créditos fiscais diferidos	251.665	485.452	(495.616)	241.501
Passivo - não circulante				
Imposto de renda diferido	958	25.866	(25.411)	1.413
IR Debêntures Incentivadas	958	25.866	(25.411)	1.413
Total de débitos fiscais diferidos	958	25.866	(25.411)	1.413
Total de créditos e débitos diferidos	250.707	459.586	(470.205)	240.088

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para Participações nos Lucros e Resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 16% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Prejuízo fiscal e base negativa – 2024 a 2029		
2024	8.043	10,54%
2025	12.880	16,88%
2026	17.848	23,39%
2027	23.372	30,63%
2028	12.873	16,87%
2029	1.290	1,69%
Total	76.306	100,00%

Diferenças temporárias – 2023 a 2032		
2024	1.767	2,00%
2025	2.739	3,10%
2026	3.622	4,10%
2027	4.594	5,20%
2028	5.743	6,50%
2029 a 2033	69.884	79,10%
Total	88.349	100,00%

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Imposto de Renda/Contribuição Social	30/06/2024	31/12/2023
Provisão contingências trabalhistas	1.745	1.695
Provisão contingências cíveis	12.719	10.766
Provisão contingências fiscais	9.433	9.523
Redução ao valor recuperável	27.555	26.006
Provisão excedente técnico	12.360	22.048
Fundo de <i>marketing</i>	24.164	25.924
PIS exigibilidade suspensa	35.990	35.029
COFINS exigibilidade suspensa	158.800	154.295
Outras provisões – ágio	10.004	10.004
Obrigações a pagar – provisão	4.937	2.783
Outras receitas (atualização depósito judicial)	(105.344)	(98.357)
Participações nos resultados – PLR	75.252	91.119
PIS e COFINS diferidos	(46.742)	(44.893)
Total das provisões temporárias	220.873	245.942
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	55.218	61.486
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	33.131	36.891
Total	88.349	98.377

11. Outros valores e bens

11.1. Débitos diversos

O arrendamento comporta substancialmente aluguéis de veículos, imóveis e *notebooks* e a amortização conforme nota 3.6, acompanha o tempo de vigência dos contratos, com taxas de 0,6% a 8,2% ao mês. A movimentação está apresentada a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Amortização / Movimentação	Saldo em 30/06/2024
Ativo			
Imóveis	250.379	(508)	249.871
Equipamentos	1.927	(1.161)	766
Veículos	2.196	(759)	1.437
Total	254.502	(2.428)	252.074
Passivo			
Circulante	25.139	(226)	24.913
Não circulante	236.894	(570)	236.324
Total	262.033	(796)	261.237

Icatu Seguros S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 01/01/2023	Amortização / Movimentação	Saldo em 31/12/2023
Ativo			
Imóveis	303.982	(53.603)	250.379
Equipamentos	3.913	(1.986)	1.927
Veículos	1.088	1.108	2.196
Total	308.983	(54.481)	254.502
Passivo			
Circulante	27.291	(2.152)	25.139
Não circulante	285.523	(48.629)	236.894
Total	312.814	(50.781)	262.033

Arrendamentos a pagar	30/06/2024	31/12/2023
Arrendamentos a pagar	295.207	297.539
Juros de arrendamento	(33.970)	(35.506)
Total	261.237	262.033
Circulante	24.913	25.139
Não circulante	236.324	236.894

ICatu Seguros S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos

A Companhia possui a totalidade de seus investimentos em controladas e coligadas em empresas brasileiras, exceto quanto a *Icatu S.A de Capitalización y Ahorro*, que é uma empresa argentina, que não está operacional. A composição desses investimentos é a seguinte:

Investimentos	Quantidade de Ações		Quantidade de Cotas	% de Participação	Total de Ativos	Total de Passivos Líquidos de Provisões Judiciais	Total das Provisões Judiciais	Capital Social	Patrimônio Líquido	Total das Receitas	Lucro Líquido (Prejuízo)	Investimento		Resultado Patrimonial	
	ON	PN										30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023
Icatu Capitalização S.A. (*)	810.894.586	-	-	100,00%	3.118.243	2.782.232	2.974	211.484	333.037	951.802	57.556	333.037	286.263	57.556	4.607
Brasilcap Capitalização S.A.	54.010.799	12.833.569	-	16,70%	13.253.219	11.267.990	1.260.552	354.398	724.677	3.154.007	141.110	120.999	127.935	23.561	21.060
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (**)	6.154	-	-	100,00%	391.973	299.558	695	4.932	91.720	90.871	69.772	91.720	103.090	69.772	(5.512)
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	3.316.721	-	-	100,00%	7.378	2.209	-	4.699	5.169	-	(68)	5.167	5.236	(69)	(30)
Itumbiara Participações Ltda.	-	-	6.255.616	44,89%	13.844	179	-	13.936	13.665	-	(271)	6.133	6.253	(120)	(167)
Icatu Assessoria S.A.	65.953.546	-	-	100,00%	329.612	172.946	10	65.954	156.656	134.300	42.298	156.657	119.486	42.297	25.778
Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79.417
Vanguardacap Capitalização S.A.	12.000.000	-	-	100,00%	25.027	10.954	3	12.000	14.070	-	489	14.071	13.581	490	650
Icatu Correspondente Bancário Ltda.	-	-	100.000	100,00%	1.055	38	-	100	1.017	713	264	1.017	753	264	188
Outras participações societárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5	(1)	-
Total das Participações Acionárias												728.805	662.602	193.750	125.991
Outros investimentos (a)												92	92	-	-
Total de investimentos/resultados patrimoniais												728.897	662.694	193.750	125.991

(a) Obras de arte.

(*) O resultado patrimonial e investimento na Icatu Capitalização S.A. foram impactados positivamente pela prescrição dos sorteios dos produtos PU ocorrida no primeiro semestre de 2024.

(**) Em 30 de setembro de 2023, a Icatu Serviços de Adm. Previdenciária S.A. incorporou a Icatu Consultoria de Investimentos S.A. Em virtude dessa incorporação, o resultado patrimonial e investimento nessas Companhias foram impactados.

A seguir, a movimentação das principais participações acionárias da Companhia:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Reduções	Dividendos	Ajuste TVM	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023	Dividendos	Ajuste TVM	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2024
Icatu Capitalização S.A.	239.600	10.000	-	(10.836)	1.875	45.624	286.263	(9.487)	(1.295)	57.556	333.037
Brasilcap Capitalização S.A.	108.493	-	-	(35.046)	9.684	44.804	127.935	(31.923)	1.426	23.561	120.999
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A.	-	68.280	(6.719)	(12.805)	2.187	52.147	103.090	(77.197)	(3.945)	69.772	91.720
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	5.295	243	-	(14)	-	(288)	5.236	-	-	(69)	5.167
Itumbiara Participações Ltda.	6.526	-	-	-	-	(273)	6.253	-	-	(120)	6.133
Icatu Assessoria S.A.	67.746	-	-	(15.800)	1.011	66.529	119.486	-	(5.126)	42.297	156.657
Icatu Consultoria de Investimentos S.A.	14.425	-	(56.929)	(71.023)	2.689	110.838	-	-	-	-	-
Vanguardacap Capitalização S.A.	13.599	-	-	(1.289)	-	1.271	13.581	-	-	490	14.071
Icatu Correspondente Bancário	344	-	-	-	-	409	753	-	-	264	1.017
Outras Participações Societárias	7	-	-	-	-	(2)	5	-	-	(1)	4
Total	456.035	78.523	(63.648)	(146.813)	17.446	321.059	662.602	(118.607)	(8.940)	193.750	728.805

13. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, as quais tendem a beneficiar o Grupo Icatu por mais de um exercício.

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo em 30/06/2024
Equipamentos	20%	10.768	4.730	(36)	267	(2.067)	13.662
Móveis, máquinas e utensílios	10%	6.016	24	(2)	31	(447)	5.622
Outras imobilizações (a)	20%	16.019	202	-	(196)	(3.168)	12.857
Imobilizado em andamento	-	151	315	-	(93)	-	373
Total		32.954	5.271	(38)	9	(5.682)	32.514

	Taxa anual de depreciação	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Equipamentos	20%	11.732	3.381	(295)	267	(4.317)	10.768
Móveis, máquinas e utensílios	10%	6.549	436	(164)	31	(836)	6.016
Outras imobilizações (a)	20%	21.784	824	-	(298)	(6.291)	16.019
Imobilizado em andamento	-	-	151	-	-	-	151
Total		40.065	4.792	(459)	-	(11.444)	32.954

(a) Referem-se a benfeitorias.

14. Intangível

Os intangíveis são compostos da seguinte forma:

	Taxa anual de amortização	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização	Saldo em 30/06/2024
Desenvolvidos internamente		274.985	23.253	(13.126)	285.112
Marcas e patentes	-	71	-	-	71
Sistemas de computação	20%	274.914	23.253	(13.126)	285.041
Adquiridos de terceiros		176.874	-	(5.687)	171.187
Sistemas de computação	20%	4.353	-	-	4.353
Balcão de vendas (a)	-	172.521	-	(5.687)	166.834
Total		451.859	23.253	(18.813)	456.299

	Taxa anual de amortização	Saldo em 01/01/2023	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Desenvolvidos internamente		206.699	83.058	(14.772)	274.985
Marcas e patentes	-	71	-	-	71
Sistemas de computação	20%	206.628	83.058	(14.772)	274.914
Adquiridos de terceiros		195.586	136	(18.848)	176.874
Sistemas de computação	20%	10.935	136	(6.718)	4.353
Balcão de vendas (a)	-	184.651	-	(12.130)	172.521
Total		402.285	83.194	(33.620)	451.859

(a) Registra o valor pago pela compra do direito de comercialização, em caráter de exclusividade, de produtos de seguros de pessoas e previdência nos canais de distribuição de parceiras, que são elas: Banco do Nordeste (BNB), Banese, Guia-Bolso, Banco Inter, Azimut e 88i. Amortizado pelo prazo de vigência dos contratos que varia de 5 a 20 anos.

15. Obrigações a pagar e outras contas a pagar

As principais obrigações a pagar são apresentadas a seguir:

15.1. Obrigações a pagar

	30/06/2024	31/12/2023
Fornecedores	6.603	6.966
Participação nos lucros a pagar (a)	21.120	31.386
Pagamentos a realizar (b)	14.051	34.031
Outras - portabilidades e PGBL (c)	493	22.587
Provisão fundo de <i>marketing</i> (d)	24.164	25.924
Obrigações a pagar – campanhas (e)	-	690
Outras contas a pagar (f)	1.488	7.918
Passivo circulante	67.919	129.502
Participação nos lucros a pagar (a)	43.099	48.698
Passivo não circulante	43.099	48.698
Total	111.018	178.200

15.2. Outras contas a pagar

	30/06/2024	31/12/2023
Outras contas a pagar (g)	109.795	133.613
Outros pagamentos a efetuar (h)	10.553	15.152
Total passivo circulante	120.348	148.765

(a) Referem-se aos valores a pagar à funcionários, conforme convenção interna, referente a participação nos lucros, para os programas de curto e longo prazos;

(b) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda;

(c) Referem-se aos pagamentos a efetuar para outras instituições, relacionadas a portabilidades;

(d) São verbas destinadas e provisionadas as despesas com marketing, em percentuais definidos em contratos com parceiros;

(e) Referem-se a provisões de campanhas junto a parceiros e corretores para apuração no exercício seguinte;

(f) Estão relacionadas as provisões de despesas da Companhia, contratos e outras relacionadas a benefícios e descontos de folha dos funcionários;

(g) Valores definidos em contratos de parceria destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit; e

(h) São os valores a pagar, referentes a *profit-share* e excedente técnico, conforme acordo contratual com os parceiros Swiss Life e Insurope.

16. Impostos e contribuições

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curtíssimo prazo:

	30/06/2024	31/12/2023
IR	6.902	4.983
CSLL	4.280	3.339
COFINS	8.670	7.609
PIS	1.407	1.233
Outros impostos	1	1
Outras contribuições	11	11
Total	21.271	17.176

17. Débitos das operações – operações com seguradoras e resseguradoras

Essas obrigações são referentes aos contratos de cosseguros e resseguros cedidos, que a Companhia adquire com o intuito de mitigar os riscos assumidos perante os segurados, estratégia que faz parte do gerenciamento dos riscos de suas operações. Adicionalmente, há obrigações com o pagamento de pró-labore e comissões, referente a esses mesmos contratos, bem como a estimativa atuarial para àqueles contratos com risco vigentes e não emitidos. A seguir, a composição desses montantes:

	30/06/2024	31/12/2023
Prêmios de cosseguro cedido emitido	5.131	4.574
Prêmios de cosseguro cedido a liquidar	9.734	26.373
Total de operações com seguradoras	14.865	30.947

	30/06/2024	31/12/2023
Prêmios de resseguro cedido emitido	17.827	73.574
Prêmios de resseguro cedido a liquidar	7.292	7.333
Total de operações com resseguradoras	25.119	80.907

	30/06/2024	31/12/2023
Comissões riscos emitidos diretos	35.522	36.129
Comissões a pagar e RVNE	85.796	66.360
Pró-labore emitido	8.017	5.056
Pró-labore a pagar	2.995	1.230
Outros	178	3.402
Total de corretores de seguros e resseguros	132.508	112.177

18. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	30/06/2024	31/12/2023
1 até 30 dias	87.806	121.222
31 até 60 dias	2.542	2.489
61 até 120 dias	7.833	1.042
121 até 180 dias	2.300	268
181 até 365 dias	651	1.012
Mais de 365 dias	2.630	2.505
Total	103.762	128.538

19. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – seguros

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões técnicas - seguros	30/06/2024				31/12/2023			
	Pessoas	Vida individual	Vida com cobertura por sobrevivência	Total	Pessoas	Vida individual	Vida com cobertura por sobrevivência	Total
Circulante								
Prêmios não ganhos	512.967	4.197	-	517.164	461.804	3.362	-	465.166
Prêmios não ganhos - RVNE	93.825	27	-	93.852	85.690	101	-	85.791
Sinistros a liquidar administrativo	268.377	1.047	-	269.424	225.613	2.911	191	228.715
Sinistros a liquidar judicial	23.096	651	-	23.747	21.917	873	-	22.790
Sinistros ocorridos mas não avisados	298.673	15.919	-	314.592	310.164	4.430	-	314.594
Benefícios a conceder	17	305	4.063.081	4.063.403	9	183	3.920.473	3.920.665
Benefícios concedidos	-	21	11.466	11.487	-	21	10.844	10.865
Excedente financeiro	-	-	180	180	-	-	21	21
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	2.976	31	-	3.007	3.202	64	24	3.290
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	25	49	9	83	-	-	-	-
Excedente técnico	18.194	-	-	18.194	13.117	-	-	13.117
Resgates e/ou outros valores a regularizar	52	4.236	96.919	101.207	22	3.970	87.599	91.591
Provisão complementar de cobertura	-	-	-	-	-	1	18	19
Total circulante	1.218.202	26.483	4.171.655	5.416.340	1.121.538	15.916	4.019.170	5.156.624
Não circulante								
Prêmios não ganhos	625.621	-	-	625.621	531.499	-	-	531.499
Sinistros a liquidar administrativo	5.899	23	-	5.922	4.967	67	-	5.034
Sinistros a liquidar judicial	158.723	4.475	-	163.198	150.617	5.999	-	156.616
Sinistros ocorridos mas não avisados	250.432	6.374	-	256.806	252.134	4.674	-	256.808
Benefícios a conceder	8.717	125.527	24.961.286	25.095.530	5.197	74.760	24.084.696	24.164.653
Benefícios concedidos	-	63	106.788	106.851	-	69	95.863	95.932
Excedente financeiro	-	-	37	37	-	-	26	26
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	7.493	86	-	7.579	7.145	220	237	7.602
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	5	12	58	75	-	-	-	-
Provisão complementar de cobertura	-	-	4	4	-	3	385	388
Total não circulante	1.056.890	136.560	25.068.173	26.261.623	951.559	85.792	24.181.207	25.218.558
Total	2.275.092	163.043	29.239.828	31.677.963	2.073.097	101.708	28.200.377	30.375.182

	30/06/2024				31/12/2023			
	Pessoas	Vida Individual	Vida com Cobertura por Sobrevivência	Total	Pessoas	Vida Individual	Vida com Cobertura por Sobrevivência	Total
Custos de aquisição diferidos – seguros								
Circulante	272.576	8.404	4.422	285.402	247.343	6.438	4.011	257.792
Não circulante	308.828	19.885	13.425	342.138	260.173	15.627	12.496	288.296
Total	581.404	28.289	17.847	627.540	507.516	22.065	16.507	546.088

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões técnicas – seguros	Saldos em 31/12/2023	Constituições	Baixas/Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2024
Prêmios não ganhos	996.665	199.464	(53.344)	-	1.142.785
Prêmios não ganhos – RVNE	85.791	68.482	(60.421)	-	93.852
Sinistros a liquidar	413.155	1.089.726	(1.050.154)	9.564	462.291
Sinistros ocorridos mas não avisados	571.402	19.656	(19.660)	-	571.398
Benefícios a conceder	28.085.318	4.290.484	(3.971.070)	754.201	29.158.933
Benefícios concedidos	106.797	13.703	(7.026)	4.864	118.338
Excedente financeiro	47	324	(194)	40	217
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	10.892	5.467	(5.773)	-	10.586
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	-	387	(229)	-	158
Excedente técnico	13.117	10.362	(5.285)	-	18.194
Resgates e/ou outros valores a regularizar	91.591	443.505	(433.933)	44	101.207
Provisão complementar de cobertura	407	177	(1)	(579)	4
Total	30.375.182	6.141.737	(5.607.090)	768.134	31.677.963

Provisões técnicas – seguros	Saldos em 01/01/2023	Constituições	Baixa .mortizações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2023
Prêmios não ganhos	684.822	1.158.845	(847.002)	-	996.665
Prêmios não ganhos – RVNE	69.691	76.699	(60.599)	-	85.791
Sinistros a liquidar	377.882	1.865.978	(1.845.200)	14.495	413.155
Sinistros ocorridos mas não avisados	520.297	3.222.867	(3.171.762)	-	571.402
Benefícios a conceder	28.044.682	8.709.312	(11.789.741)	3.121.065	28.085.318
Benefícios concedidos	90.676	20.333	(12.029)	7.817	106.797
Excedente financeiro	14	456	(459)	36	47
Provisão de despesas relacionadas	10.298	8.727	(8.133)	-	10.892
Excedente técnico	5.219	14.881	(6.983)	-	13.117
Resgates e/ou outros valores a regularizar	143.620	1.056.596	(1.108.450)	(175)	91.591
Provisão complementar de cobertura	42	605	(240)	-	407
Total	29.947.243	16.135.299	(18.850.598)	3.143.238	30.375.182

	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Saldo em 30/06/2024
Custo de aquisição diferido	546.088	81.452	627.540
Total	546.088	81.452	627.540

	Saldo em 01/01/2023	Constituições	Saldo em 31/12/2023
Custo de aquisição diferido	377.062	169.026	546.088
Total	377.062	169.026	546.088

19.1. Análise de sensibilidade – seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado. As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada e o *stress* de 10% na sinistralidade mostrou-se adequado e suficiente para a cobertura das oscilações.

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

Coberturas de risco		Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido			
		30/06/2024		31/12/2023	
Variável	Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 10% na sinistralidade	(56.349)	(52.498)	(52.484)	(49.037)
Sinistralidade	Redução de 10% na sinistralidade	56.349	52.498	52.484	49.037

20. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – previdência complementar

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens e, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

Provisões técnicas - previdência complementar	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Prêmios não ganhos	651	2	653	657	2	659
Prêmios não ganhos - RVNE	36	-	36	40	-	40
Benefícios a conceder	2.800.288	17.201.769	20.002.057	2.752.308	16.907.032	19.659.340
Benefícios concedidos	69.024	571.151	640.175	63.969	534.371	598.340
Sinistros a liquidar administrativo	1.058	-	1.058	3.304	-	3.304
Sinistros a liquidar judicial	5.488	-	5.488	5.561	-	5.561
Excedente financeiro	1.352	6.152	7.504	1.499	6.077	7.576
Eventos ocorridos mas não avisados	2.793	-	2.793	2.793	-	2.793
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	12	-	12	483	3.503	3.986
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	32	52	84	-	-	-
Resgates e/ou outros valores a regularizar	101.572	-	101.572	94.222	-	94.222
Provisão complementar de cobertura	467	3.261	3.728	3.799	29.986	33.785
Total	2.982.773	17.782.387	20.765.160	2.928.635	17.480.971	20.409.606

	30/06/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Custo de aquisição diferidos	1.664	10.141	11.805	1.592	9.748	11.340
Total	1.664	10.141	11.805	1.592	9.748	11.340

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões técnicas	Saldos em 31/12/2023	Constituições	Baixas/ Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2024
Prêmios não ganhos	659	209	(215)	-	653
Prêmios não ganhos – RVNE	40	18	(22)	-	36
Benefícios a conceder	19.659.340	2.328.666	(2.431.277)	445.328	20.002.057
Benefícios concedidos	598.340	56.339	(38.825)	24.321	640.175
Sinistros a liquidar	8.865	1.052	(3.552)	181	6.546
Excedente financeiro	7.576	671	(1.156)	413	7.504
Eventos ocorridos mas não avisados	2.793	-	-	-	2.793
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	3.986	31	(4.005)	-	12
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	-	298	(214)	-	84
Resgates e/ou outros valores a regularizar	94.222	313.905	(306.912)	357	101.572
Provisão complementar de cobertura	33.785	14.824	(535)	(44.346)	3.728
Total	20.409.606	2.716.013	(2.786.713)	426.254	20.765.160

Provisões técnicas	Saldos em 01/01/2023	Constituições	Baixas/ Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2023
Prêmios não ganhos	772	1.006	(1.119)	-	659
Prêmios não ganhos – RVNE	31	68	(59)	-	40
Benefícios a conceder	18.850.819	4.395.660	(5.743.455)	2.156.316	19.659.340
Benefícios concedidos	535.828	106.483	(70.403)	26.432	598.340
Sinistro a liquidar	8.320	13.046	(12.567)	66	8.865
Excedente financeiro	6.977	2.166	(2.519)	952	7.576
Eventos ocorridos mas não avisados	2.785	4.859	(4.851)	-	2.793
Provisão de despesas relacionadas	2.831	1.478	(323)	-	3.986
Resgates e/ou outros valores a regularizar	105.256	587.891	(597.354)	(1.571)	94.222
Provisão complementar de cobertura	41.716	50.841	(58.772)	-	33.785
Total	19.555.335	5.163.498	(6.491.422)	2.182.195	20.409.606

	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Amortizações	Saldo em 30/06/2024
Custo de aquisição diferido	11.340	1.134	(669)	11.805
Total	11.340	1.134	(669)	11.805

	Saldo em 01/01/2023	Constituições	Amortizações	Saldo em 31/12/2023
Custo de aquisição diferido	8.963	2.504	(127)	11.340
Total	8.963	2.504	(127)	11.340

20.1. Análise de sensibilidade – previdência

As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na desistência (transferência de recursos, resgates e/ou cancelamentos), o *stress* de 10% representa o dobro da oscilação média. Na conversão em renda, o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda. Na longevidade, a premissa de 10%, aplicada sobre uma tábua realista, já representa um cenário de *stress*. Com base em dados históricos, um *stress* de 1% na taxa de juros é considerado uma oscilação representativa frente as médias do mercado.

O teste indicou impacto quanto ao aumento da taxa de juros e agravo na taxa de sobrevivência, como a seguir:

Coberturas de acumulação/sobrevivência		Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido			
		30/06/2024		31/12/2023	
Variável	Premissas	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Conversão em renda	Aumento de 5% na premissa de conversão em renda	-	-	-	-
Conversão em renda	Redução de 5% na premissa de conversão em renda	-	-	-	-
Taxa de juros (*)	Redução de 1% a.a. na taxa de desconto (ETTJ)	(62.906)	(62.906)	(64.963)	(64.963)
Taxa de juros (*)	Aumento de 1% a.a. na taxa de desconto (ETTJ)	3.730	3.730	49.049	49.049
Sobrevivência	Agravo de 10% na taxa de sobrevivência	(10.255)	(10.255)	(11.106)	(11.106)
Sobrevivência	Redução de 10% na taxa de sobrevivência	3.730	3.730	9.988	9.988
Taxa de desistência	Redução de 10% na taxa de desistência	-	-	-	-
Taxa de desistência	Aumento de 10% na taxa de desistência	-	-	-	-

(*) O impacto da taxa de juros afetará somente o patrimônio líquido, conforme especificado na nota 3.17.2.

Atualmente, a provisão de benefícios a conceder de planos de benefício definido está superavitária, por esse motivo os *stress* realizados nas premissas de conversão em renda e desistência não apresentaram impacto no resultado.

21. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	377.371	412.869	452.989	416.610	471.603	529.389	605.841	1.103.907	952.186	1.129.903	672.915	7.125.583
1 anos após o aviso	382.334	466.132	486.187	458.880	528.336	591.913	663.751	1.196.137	982.511	1.123.098	-	6.879.279
2 anos após o aviso	384.132	471.869	487.847	463.532	535.403	601.927	675.700	1.207.854	999.689	-	-	5.827.953
3 anos após o aviso	382.634	480.367	495.283	473.187	539.818	612.421	680.374	1.219.414	-	-	-	4.883.498
4 anos após o aviso	387.750	489.740	503.207	482.561	549.147	616.667	681.516	-	-	-	-	3.710.588
5 anos após o aviso	389.248	490.280	509.002	486.411	552.939	617.433	-	-	-	-	-	3.045.313
6 anos após o aviso	390.954	494.185	513.654	490.409	550.652	-	-	-	-	-	-	2.439.854
7 anos após o aviso	394.801	491.835	517.945	490.274	-	-	-	-	-	-	-	1.894.855
8 anos após o aviso	398.399	490.908	517.970	-	-	-	-	-	-	-	-	1.407.277
9 anos após o aviso	390.736	492.533	-	-	-	-	-	-	-	-	-	883.269
10+ anos após o aviso	392.331	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	392.331
Estimativa na data-base (2024) (a)	392.331	492.533	517.970	490.274	550.652	617.433	681.516	1.219.414	999.689	1.123.098	672.915	7.757.825
Pagamentos efetuados (b)	385.143	472.991	491.458	471.062	532.441	594.610	667.726	1.196.903	974.322	1.076.232	438.028	7.300.916
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	7.188	19.542	26.512	19.212	18.211	22.823	13.790	22.511	25.367	46.866	234.887	456.909
Sinistros pendentes fora da análise (*)												11.928
Sinistros a liquidar total												468.837

(*) Os sinistros com aviso anteriores a 2014 e as rendas vencidas e não pagas estão contempladas no item "sinistros pendentes fora da análise".

Icatu Seguros S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais líquidos de resseguro está demonstrado a seguir:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
No ano do aviso	363.078	392.756	421.662	385.994	424.042	479.664	557.341	1.026.988	884.468	1.066.350	622.126	6.624.469
1 anos após o aviso	365.211	440.253	451.296	423.389	474.803	543.951	623.474	1.122.667	921.605	1.072.082	-	6.438.731
2 anos após o aviso	366.225	443.927	451.604	427.315	480.494	552.462	633.584	1.133.163	933.632	-	-	5.422.406
3 anos após o aviso	364.711	449.274	457.289	433.995	485.243	561.725	641.828	1.143.491	-	-	-	4.537.556
4 anos após o aviso	367.107	455.518	462.768	439.312	492.381	564.708	643.823	-	-	-	-	3.425.617
5 anos após o aviso	368.200	458.775	467.059	443.239	494.093	564.933	-	-	-	-	-	2.796.299
6 anos após o aviso	368.790	460.599	470.543	444.636	492.237	-	-	-	-	-	-	2.236.805
7 anos após o aviso	370.276	459.735	471.133	443.605	-	-	-	-	-	-	-	1.744.749
8 anos após o aviso	369.423	459.224	468.752	-	-	-	-	-	-	-	-	1.297.399
9 anos após o aviso	366.937	458.905	-	-	-	-	-	-	-	-	-	825.842
10+ anos após o aviso	367.686	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	367.686
Estimativa na data-base (2024) (a)	367.686	458.905	468.752	443.605	492.237	564.933	643.823	1.143.491	933.632	1.072.082	622.126	7.211.272
Pagamentos efetuados (b)	363.961	443.824	452.298	431.755	478.022	547.885	630.486	1.123.068	913.826	1.028.036	402.120	6.815.281
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	3.725	15.081	16.454	11.850	14.215	17.048	13.337	20.423	19.806	44.046	220.006	395.991
Sinistros pendentes fora da análise (*)												10.257
Sinistros a liquidar total												406.248

(*) Os sinistros com aviso anteriores a 2014 e as rendas vencidas e não pagas estão contempladas no item “sinistros pendentes fora da análise”.

22. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2024	31/12/2023
Provisões técnicas – seguros e previdência	52.443.123	50.784.788
Ajustes:		
Depósito judicial	(8.944)	(6.421)
Direito creditório	(117.956)	(108.737)
Custos de aquisição diferidos (redutores)(a)	(487.059)	(428.064)
Provisões técnicas – resseguros (redutores)(b)	(106.637)	(143.912)
Efeito monetário (c)	-	14.855
Total a ser coberto	51.722.527	50.112.509
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Debêntures	57.680	9.254
Letras financeiras	125.531	128.119
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	51.155.358	50.289.300
Quotas de fundos de investimento – não exclusivos	824.537	268.436
Equivalente de caixa	25.065	28.708
Total dos ativos vinculados	52.188.171	50.723.817
Ativos bloqueio judicial – não vinculado a cobertura de reserva	2.946	2.831
Total de aplicações (d)	52.191.117	50.726.648
Excesso de ativos Vinculados à cobertura de reserva	465.644	611.308

(a) Custos de aquisição diferidos: Circulante R\$ 287.066 e não circulante R\$ 352.279, total R\$ 639.345 sendo redutores R\$ 487.058 e não redutores R\$ 152.287;

(b) Ativos de resseguro: Circulante R\$ 65.054 e não circulante R\$ 59.744, total de R\$ 124.798 sendo redutores R\$ 106.637;

(c) Diferença entre o valor dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e seus respectivos valores justos; e

(d) Os títulos mensurados ao custo amortizado são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 71.756 menor que o valor contábil (R\$ 13.226 maior que o valor contábil em 31/12/2023) (nota 5.1.).

23. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

23.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na rubrica “Provisão de sinistros a liquidar”, no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização (notas 19 e 20). Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados à contratos existentes:

	30/06/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	997	151.906	151.906	969	138.477	138.477
Possível	3.235	423.983	-	3.171	420.450	-
Remota	25	5.801	-	30	6.547	-
Total	4.257	581.690	151.906	4.170	565.474	138.477

Abaixo, a movimentação das provisões judiciais relacionadas a sinistros e benefícios, registradas como Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2024
PSL judicial	138.477	31.107	(24.186)	6.508	151.906
Total	138.477	31.107	(24.186)	6.508	151.906

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
PSL judicial	145.735	57.840	(64.600)	(498)	138.477
Total	145.735	57.840	(64.600)	(498)	138.477

23.2. Outras provisões judiciais

Refere-se ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante na rubrica “Outros débitos”, conforme demonstrado a seguir:

	Causas cíveis – não relacionadas a sinistros/benefícios					
	30/06/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	468	12.718	12.718	453	10.766	10.766
Possível (a)	1.309	219.959	-	1.112	201.081	-
Remota	11	4.565	-	15	4.298	-
Total	1.788	237.242	12.718	1.580	216.145	10.766

(a) Em 17/07/2023, a Companhia recebeu um requerimento de instauração de arbitragem o qual, de acordo com o parágrafo 92 do CPC 25, ela se reserva o direito de não dar detalhes para preservar sua posição na disputa. A Companhia, com base em avaliação feita por seus assessores, informa que os seus argumentos de defesa são sólidos e a sentença arbitral deve ser favorável aos seus interesses.

	Causas trabalhistas					
	30/06/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	12	1.745	1.745	14	1.695	1.695
Possível	44	5.081	-	38	5.172	-
Total	56	6.826	1.745	52	6.867	1.695

	Causas fiscais					
	30/06/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	13	8.777	8.777	14	8.866	8.866
Possível	47	31.120	-	46	28.757	-
Remota	2	250	-	2	238	-
Total	62	40.147	8.777	62	37.861	8.866

Abaixo, a movimentação das provisões judiciais não relacionadas a sinistros e benefícios:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2024
Cíveis	10.766	5.768	(2.745)	(1.071)	12.718
Trabalhistas	1.695	522	(345)	(127)	1.745
Fiscais	8.866	-	-	(89)	8.777
Total	21.327	6.290	(3.090)	(1.287)	23.240

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Cíveis	10.440	6.872	(5.596)	(950)	10.766
Trabalhistas	2.269	178	(598)	(154)	1.695
Fiscais	717	9.456	-	(1.307)	8.866
Total	13.426	16.506	(6.194)	(2.411)	21.327

23.3. Outras contas a pagar – obrigações fiscais

Nesta rubrica são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial, conforme composição a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2024
COFINS	154.295	4.505	158.800
PIS	35.029	961	35.990
Outros impostos	2.346	51	2.397
Total	191.670	5.517	197.187

	Saldo em 01/01/2023	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
COFINS	143.486	10.809	154.295
PIS	32.720	2.309	35.029
Outros impostos	2.224	122	2.346
Total	178.430	13.240	191.670

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais:

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	29.115	25.769	171.148	158.581	200.263	184.350
Faturamento (b)	12.680	10.185	-	-	12.680	10.185
Exclusão do ISS da base (c)	-	36	-	219	-	255
Saldo total 30/06/2024	41.795	35.990	171.148	158.800	212.943	194.790

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	28.257	24.014	166.132	154.137	194.389	178.151
Faturamento (b)	12.402	10.989	-	-	12.402	10.989
Exclusão do ISS da base (c)	-	26	-	158	-	184
Saldo total 31/12/2023	40.659	35.029	166.132	154.295	206.791	189.324

(a) PIS/COFINS: Alargamento da base – Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre – Lei nº 12.973/2014; Discussões vinculadas aos temas STF nº 372 e 1.309 (Recurso Extraordinário nº 1479774);

(b) PIS – Sobre as receitas brutas operacionais de julho de 1997 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988; e

(c) ISSQN – Exclusão da base de cálculo de PIS/COFINS – Discussão vinculada ao tema STF nº 118 (Recurso Extraordinário nº 592.616).

23.4. Depósitos judiciais e fiscais

A seguir, a composição da rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” classificada no ativo não circulante:

	30/06/2024	31/12/2023
Cíveis	21.787	19.411
Trabalhistas	342	306
Fiscais	223.494	216.977
Total	245.623	236.694

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	Saldo em 31/12/2023	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2024
Fiscais (*)	216.977	6.517	223.494
Total	216.977	6.517	223.494

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023
Fiscais (*)	202.851	51	(211)	14.286	216.977
Total	202.851	51	(211)	14.286	216.977

(*) Principais processos judiciais: PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014; PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de julho de 1997 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997; e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 640.350, representado por 93.983.477 ações sem valor nominal, sendo 81.472.511 ações ordinárias e 12.510.966 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital.

24.2. Reservas de capital

As reservas de capital de R\$ 35.577 são compostas pela reserva de ágio na subscrição de ações no valor de R\$ 34.659 e outras reservas de capital no valor de R\$ 918.

24.3. Reservas de lucros

Em 30 de junho de 2024, as reservas de lucros de R\$ 1.338.694 (R\$ 1.388.694 em 31 de dezembro de 2023), são compostas por:

- (i) A reserva legal de R\$ 128.070 é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do capital social ou 30% da reserva legal mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor.

- (ii) A reserva estatutária de R\$ 1.210.624 (R\$ 1.260.624 em 31 de dezembro de 2023) contém o montante da reserva estatutária especial, e sua constituição contém o lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal e dividendos, quando aplicáveis, observando os limites legais de teto, e tem como objetivo, principalmente, a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas e investimentos em tecnologia.

24.4. Distribuição de resultados e política anual de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

Em 28 de fevereiro de 2024, foi deliberado na Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais), provenientes da reserva estatutária.

24.5. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários mensurados na categoria Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 30 de junho de 2024 era devedor em R\$ 46.707 (devedor em R\$ 19.567 em 31 de dezembro de 2023).

24.6. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- (a) No mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- (b) No máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- (c) No máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

Icatu Seguros S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido (a)	2.233.544	2.045.054
Ajustes contábeis (b)	(1.442.158)	(1.344.461)
Participação coligadas e controladas	(728.805)	(662.602)
Despesas antecipadas	(4.119)	(541)
Créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa	(76.307)	(87.094)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(80.147)	(54.906)
Ativos intangíveis	(456.299)	(451.859)
Obras de arte	(92)	(92)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(96.389)	(87.367)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)	371.206	268.845
Diferença entre valor mercado e valor dos ativos mensurados ao custo amortizado	(38.508)	8.913
Redução no TAP referente a diferença de marcação dos ativos vinculados	-	(8.913)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	409.714	268.845
Subtotal PLA - nível	1.162.591	969.438
PLA nível 1	644.284	601.003
PLA nível 2	409.714	268.845
PLA nível 3	108.593	99.590
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 (e)	(156.330)	(36.767)
PLA (Total) = PL + aj. cont.+ aj. econ. + aj. do exc. de nível 2 e 3 (e = a+b+c+d)	1.006.260	932.672
Capital base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de risco de crédito	99.660	60.913
Capital de risco de subscrição	605.612	564.593
Capital de risco de mercado	66.804	78.815
Capital de risco - redução por correlação	(90.113)	(81.643)
Capital de risco - operacional	41.989	40.659
Capital de risco (CR)(b)	723.952	663.337
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	723.952	663.337
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA	1.007.760	932.672
(-) Exigência de capital - CMR	(723.953)	(663.337)
Suficiência de capital - R\$	283.807	269.335
Suficiência de capital (% da EC)	139%	141%

ICATU Seguros S.A.

Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Icatu Capitalização S.A. (Controlada) (a) (b)	29.984	36.000	-	-	-	5.136	(20.854)	(16.474)
Icatu Assessoria S.A. (Coligada) (b)	20.250	29.403	-	-	39.482	55.284	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controlada) (b)	50	12.957	-	-	955	646	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada)(b) (c)	59	10.100	(30)	(43)	471	651	(219)	(243)
Itumbiara Participações Ltda. (Controlada) (b)	36	-	-	-	36	-	-	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) (b)	-	1	-	-	-	11	-	-
Icatu Consultoria de Investimentos S.A. (Controlada) (b) (g)	-	-	-	-	-	2.433	-	-
Vanguardacap Capitalização S.A. (Controlada) (b)	1	304	-	-	5	14	-	-
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (a)	2.333	4.362	-	-	-	-	(1.737)	(22)
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (e)	1.874	2.245	(8.431)	(9.054)	23.342	24.106	(51.819)	(58.093)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Ligada) (f)	-	-	-	-	-	-	(2.261)	(2.201)
Brasilcap Capitalização S.A. (Coligada) (g)	-	111	-	-	-	-	-	-
Administradores/Acionistas (Outros) (d)	-	-	-	-	-	-	(21.748)	(21.810)
Total	54.587	95.483	(8.461)	(9.097)	64.291	88.281	(98.638)	(98.843)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- Aquisição de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia;
- Reembolsos de custos administrativos: rateio de despesas comuns a Companhia, suas controladas e ligadas. Os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;
- Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;
- Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração aos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros. Remuneração e benefícios, de curto e longo prazo, pagos aos Administradores, registrada na rubrica “Despesas administrativas”;
- A Companhia mantém acordo operacional de cosseguro com sua controlada indireta Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
- Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Companhia, destinado a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários; e
- Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia.

26. Principais ramos de atuação – seguros

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramos	30/06/2024			30/06/2023		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Vida em grupo	1.019.096	43,02%	30,64%	872.298	47,00%	30,38%
Prestamista	335.820	31,65%	41,03%	313.820	26,40%	41,35%
Acidentes pessoais	227.234	29,52%	36,14%	160.402	36,02%	33,78%
Vida individual	82.088	41,65%	41,22%	51.788	37,32%	38,54%
Rural	122.789	31,12%	33,07%	96.145	30,94%	32,88%
Outros	8.437	5,95%	0,17%	9.330	25,26%	2,99%
Total	1.785.464	38,15%	33,79%	1.503.783	40,04%	33,30%

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo:

Ramos	Prêmio direto líquido de cosseguro		Prêmio cedido resseguro		Seguro (-) resseguro prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Vida em grupo	1.016.401	873.358	260	29.500	1.016.141	843.858	99,97%	96,62%	0,03%	3,38%
Prestamista	398.805	356.595	-	39	398.805	356.556	100,00%	99,99%	-	0,01%
Acidentes pessoais	297.876	226.088	3.354	4.978	294.522	221.110	98,87%	97,80%	1,13%	2,20%
Vida individual	133.056	70.723	11.654	7.636	121.402	63.087	91,24%	89,20%	8,76%	10,80%
Rural	114.893	95.917	-	-	114.893	95.917	100,00%	100,00%	-	-
Outros	182	727	58	131	124	596	68,13%	81,97%	31,87%	18,03%
Total	1.961.213	1.623.408	15.326	42.284	1.945.887	1.581.124	99,22%	97,40%	0,78%	2,60%

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	30/06/2024	30/06/2023
Resseguradora local	15.326	42.284
Total	15.326	42.284

27. Detalhamento de contas da demonstração de resultados

27.1. Prêmios ganhos – seguros

	30/06/2024	30/06/2023
Prêmios emitidos	1.989.004	1.648.438
Prêmios emitidos direto	2.037.702	1.714.592
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	5.182	4.587
Prêmios cosseguro cedido a congêneres	(76.489)	(91.184)
Prêmios riscos vigentes não emitidos	22.609	20.443
Contribuições para cobertura de riscos	8.292	7.990
Receitas de contribuições planos de repartição simples	3.992	3.825
Receitas de contribuições planos de renda	4.304	4.165
Restituições	(4)	-
Variação das provisões técnicas	(211.832)	(152.645)
Variação das provisões técnicas	(211.832)	(152.645)
Total	1.785.464	1.503.783

27.2. Sinistros ocorridos – seguros

	30/06/2024	30/06/2023
Indenizações avisadas	(689.313)	(565.726)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	99	(41.832)
Despesas com sinistros	(3.836)	(2.839)
Despesas com benefícios-seguro vida individual (-) VGBL	(3.633)	(8.166)
Recuperação de indenizações	22.626	24.406
Outras despesas com sinistros	(7.482)	(7.922)
Total	(681.539)	(602.079)

27.3. Custo de aquisição – seguros

	30/06/2024	30/06/2023
Comissões sobre prêmios emitidos	(578.070)	(505.448)
Recuperação de comissões de cosseguro	20.229	24.663
Variação com despesas de comercialização diferida	80.112	67.642
Pró-labore sobre prêmios emitidos	(79.348)	(75.409)
Outras despesas de comercialização	(46.191)	(12.280)
Total	(603.268)	(500.832)

27.4. Outras receitas e despesas operacionais – seguros

	30/06/2024	30/06/2023
Despesas com cobranças	(6.973)	(6.505)
Provisão para contingências cíveis	(1.696)	(1.642)
Reversão/(constituição) de provisão para riscos de créditos	(194)	(4.016)
Excedente técnico	(90.319)	(100.335)
Despesas com títulos de capitalização	(22.591)	(16.495)
Outras receitas/(despesas) operacionais	5.361	12.605
Total	(116.412)	(116.388)

27.5. Resultado com operações de resseguros – seguros e previdência

	30/06/2024	30/06/2023
Recuperação de indenização – seguros	64.944	22.862
Recuperação de indenização de benefícios – previdência	13	70
Prêmio cedido em resseguro – seguros (*)	(15.326)	(42.284)
Prêmio cedido em resseguro – previdência	-	(966)
Variação dos sinistros ocorridos – seguros	-	2.449
Variação das provisões técnicas – seguros	(29.710)	(26.349)
Variação das provisões técnicas – previdência	(260)	(289)
Outras receitas com resseguro	1.953	1.824
Total	21.614	(42.683)

(*) Refere-se, basicamente, a pagamento de prêmio de ajuste em resseguro não proporcional em vida.

27.6. Rendas de contribuições e prêmios de VGBL – previdência

	30/06/2024	30/06/2023
Prêmios emitidos	1.761.929	936.452
Receitas de contribuições planos de renda	1.338	1.331
Receitas de contribuições planos de contribuição variável	732.444	607.459
Restituições	(758)	(579)
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	2.494.953	1.544.663
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(1.883.829)	(988.270)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(1.883.829)	(988.270)
Total	611.124	556.393

27.7. Variação das outras provisões técnicas – previdência

	30/06/2024	30/06/2023
PPNG – planos de repartição simples	23	56
PPNG – planos de repartição simples RVNE	2	(4)
PPNG – planos de renda	(18)	43
PPNG – planos de renda RVNE	2	(9)
PVR – planos de renda	(561.130)	(507.498)
Despesas com benefícios e resgates	(49.489)	(51.620)
Outras provisões	(1.407)	21.014
Total	(612.017)	(538.018)

27.8. Custo de aquisição – previdência

	30/06/2024	30/06/2023
Comissões sobre prêmios emitidos	(27.058)	(28.617)
Despesas com pró-labore	(23.569)	(23.139)
Outras despesas de comercialização	(2.042)	(3.785)
Total	(52.669)	(55.541)

27.9. Despesas administrativas

	30/06/2024	30/06/2023
Pessoal próprio	(145.417)	(124.526)
Serviços de terceiros	(39.566)	(34.090)
Localização e funcionamento	(77.575)	(73.694)
Publicidade e propaganda	(20.227)	(17.263)
Publicações	(145)	(78)
Donativos e contribuições	(430)	(427)
Despesas administrativas diversas	(1.887)	(1.573)
Total	(285.247)	(251.651)

27.10. Despesas com tributos

	30/06/2024	30/06/2023
Impostos	(3.764)	(2.165)
COFINS	(50.758)	(39.206)
PIS	(8.268)	(6.381)
Taxa de fiscalização	(2.993)	(2.591)
Outras despesas com tributos	(283)	(340)
Total	(66.066)	(50.683)

27.11. Resultado financeiro

	30/06/2024	30/06/2023
Custo amortizado	56.792	42.856
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	56.792	42.856
VJORA	56.896	39.640
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	56.896	39.640
VJR	1.936.095	3.059.276
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	1.931.654	3.052.662
Títulos de renda fixa	4.441	6.614
Outras receitas financeiras	8.261	9.479
Total – receitas financeiras	2.058.044	3.151.251
VJR	(696.914)	(349.171)
Quotas de fundos de investimento – exclusivos	(696.914)	(349.171)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – seguros	(768.134)	(1.580.101)
Atualização monetária sobre provisões técnicas – previdência	(426.254)	(1.123.340)
Outras despesas financeiras	(59.887)	(17.062)
Total – despesas financeiras	(1.951.189)	(3.069.674)
Total	106.855	81.577

28. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2024		30/06/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	346.048	346.048	149.622	149.622
Participação nos lucros e resultados	(18.624)	(18.624)	(4.037)	(4.037)
Base de cálculo	327.424	327.424	145.585	145.585
Adições	215.251	215.251	181.287	181.010
Adição permanente	1.027	1.027	586	586
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	23.897	23.897	15.419	15.419
Provisão para excedente técnico	27.554	27.554	25.294	25.294
Outras provisões	40.050	40.050	39.210	38.933
Participação nos lucros e resultados	17.969	17.969	10.830	10.830
Tributos e contribuições em questionamento judicial	98.357	98.357	83.288	83.288
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	5.466	5.466	6.660	6.660
Arrendamento mercantil	931	931	-	-
Exclusões	(447.301)	(432.113)	(320.583)	(318.728)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(21.984)	(21.984)	(14.082)	(14.082)
Provisão para excedente técnico	(26.006)	(26.006)	(16.714)	(16.714)
Outras provisões	(64.530)	(49.342)	(43.084)	(41.230)
Equivalência patrimonial	(193.750)	(193.750)	(125.991)	(125.991)
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(105.345)	(105.345)	(90.156)	(90.156)
Participação nos lucros e resultados	(33.836)	(33.836)	(27.385)	(27.384)
PIS e COFINS diferidos	(1.850)	(1.850)	(3.170)	(3.170)
Resultado ajustado	95.374	110.562	6.289	7.867
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	(28.612)	(33.168)	(1.887)	(2.360)
Lucro após as compensações	66.762	77.394	4.402	5.507
Alíquotas oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15% + 1%
Despesas com IRPJ/CSLL	(16.901)	(11.995)	(1.062)	(826)
Constituição/(Reversão) de créditos tributários	(13.696)	(8.901)	(3.550)	(2.201)
Despesas com IRPJ/CSLL	(30.597)	(20.896)	(4.612)	(3.027)
Alíquota efetiva – resultado antes dos tributos	9,34%	6,38%	-3,17%	-2,08%

29. Eventos subsequentes

A Companhia deliberou sobre a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 325.000, provenientes da reserva estatutária, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 12 de julho de 2024.

ICATU SEGUROS S.A.**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
REFERENTE AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024****Ao Conselho de Administração da Icatu Seguros S.A.****INTRODUÇÃO**

O Comitê de Auditoria (Comitê) da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas: Icatu Capitalização S.A., Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, Vanguardacap Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. (doravante referidas em seu conjunto como “demais empresas supervisionadas”), foi constituído e funciona de acordo com as normas emanadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especificamente a Resolução CNSP 432/21 e suas alterações, bem como de acordo com o Estatuto Social da Icatu Seguros S.A. e com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

ATRIBUIÇÕES

O Comitê tem entre suas principais atribuições assessorar o Conselho de Administração: (i) na qualidade e integridade das demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, previamente à sua divulgação, inclusive as notas explicativas, o relatório da Administração sobre essas demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas; (ii) no cumprimento das disposições legais e regulatórias; (iii) na verificação da qualificação, independência e atuação dos auditores independentes; (iv) na atuação da auditoria interna; e (v) nas atividades de gerenciamento de riscos, *compliance* e de controles internos.

É responsabilidade dos Administradores a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, bem como a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração, inclui a verificação da qualidade e aderência dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos existentes e o cumprimento de políticas e normativos definidos, inclusive aqueles com impacto na elaboração das demonstrações financeiras.

Os auditores independentes são responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras da Icatu Seguros S.A e demais empresas supervisionadas, devendo opinar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas dos Administradores, dos auditores independentes contábil e atuarial, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, *compliance*, de controles internos e atuarial, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além das próprias análises e avaliações efetuadas pelo Comitê.

ATIVIDADES DO COMITÊ

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria prevê que seus membros se reúnam ordinariamente uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

As principais atividades e trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria durante o semestre findo em 30 de junho de 2024, compreenderam:

- Reuniões com executivos e profissionais das áreas de Operações, Controladoria, Contabilidade, Tributária, Financeira, Atuarial, Jurídico Contencioso, Tecnologia e Segurança da Informação, Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, Auditoria Interna, Recursos Humanos, Privacidade e Ouvidoria;
- Revisão do plano anual, acompanhamento dos trabalhos e dos relatórios emitidos pela Auditoria Interna. O Comitê acompanhou, também, a implantação dos planos de ação propostos para mitigação das deficiências ou oportunidades de melhorias nos controles internos identificadas pela Auditoria Interna;
- Avaliação da independência, do planejamento, da execução e resultado dos trabalhos realizados pelos auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas em 30 de junho de 2024, bem como sobre os controles internos, cumprimento de dispositivos legais e regulatórios e divulgação de informações contábeis, assim como a implantação das ações propostas para melhoria dos procedimentos e do ambiente de controles internos;
- Revisão dos relatórios emitidos pela Ouvidoria sobre as atividades realizadas no segundo semestre de 2023, bem como a avaliação dos correspondentes resultados apresentados;
- Acompanhamento das atividades executadas pelos Administradores relacionadas com a avaliação e gerenciamento de riscos, gestão do sistema de controles internos e cumprimento dos normativos internos e externos;
- O Comitê também acompanhou, junto às áreas responsáveis, as ações desenvolvidas para implantação dos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados, Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, resultados da avaliação da aplicação de procedimentos de prevenção a fraudes e apuração de reflexos nas demonstrações financeiras. O Comitê também revisou as atas do Comitê de Riscos contendo o acompanhamento dos enquadramentos durante o semestre. A Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas encontram-se dentro dos limites do Apetite a Riscos em 30 de junho de 2024;
- Avaliação da independência, do planejamento, da execução e do resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes quanto à adequação das provisões técnicas e correspondentes ativos de cobertura, assim como dos correspondentes pareceres emitidos;

- Reuniões realizadas com a Diretoria abordando aspectos sobre o negócio, resultado dos trabalhos da auditoria interna, cumprimento dos aspectos regulatórios, contingências, provisões atuariais, segurança da informação e apresentação e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. Nesse contexto, o Comitê também acompanhou os impactos do incidente climático ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul, os reflexos nas demonstrações financeiras e o atendimento aos segurados e funcionários atingidos pela tragédia; e
- Os resultados dos trabalhos foram reportados ao Conselho de Administração na reunião semestral para aprovação da divulgação das demonstrações financeiras. Não foram identificados fatos relevantes ou recomendações específicas a serem reportadas ao Conselho de Administração relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Considerando os resultados das atividades desenvolvidas, incluindo a revisão das demonstrações financeiras e as correspondentes notas explicativas, bem como o resultado dos trabalhos efetuados pelos auditores independentes contábil e atuarial, referentes ao exame das demonstrações financeiras intermediárias da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, relativas ao primeiro semestre de 2024, findo em 30 de junho de 2024, o Comitê de Auditoria entende que os sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos das empresas estão estruturados para propiciar o adequado registro e controle das suas operações, a aderência com os normativos internos, legais e regulatórios e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação para divulgação das demonstrações financeiras intermediárias da Icatu Seguros S.A. e demais empresas supervisionadas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2024.

Maria Salete Garcia Pinheiro
Presidente do Comitê

Cristina Maria Cantanhede Amarante Biasotto Mano
Membro do Comitê

João Alceu Amoroso Lima
Membro do Comitê

Conselho de Administração

Presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga

Luciano Snel Corrêa

Diretoria

Diretor-Presidente

Luciano Soares

Diretores

Alexandre Petrone Vilardi

César Luiz Salazar Saut

Marcio de Moraes Palmeira

Rachel Ferreira Bonel

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira

CRC RJ 076168/O-7

Atuária

Lígia de Abreu Sodré Pires

MIBA nº 1.394